

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Cassio Lopes de Oliveira

**INTEGRAÇÃO BRASIL-CARIBE (1995-2010):
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASILEIRAS COM CUBA,
HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA**

Porto Alegre

2018

Cassio Lopes de Oliveira

**INTEGRAÇÃO BRASIL-CARIBE (1995-2010):
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASILEIRAS COM CUBA,
HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Aragon Érico Dasso Júnior

Porto Alegre

2018

RESUMO

Com o final da Guerra Fria e a obtenção de um mundo polarizado, novas maneiras de relações e diferentes estratégias foram surgindo no sistema internacional. Dentro desse contexto, observa-se que as relações brasileiras com os países caribenhos da América Latina permaneceram estagnadas refletindo um grande vazio de interesse nessa região até a década de 2000, quando ocorre uma grande mudança nessas relações. Em decorrência, surge o seguinte problema de pesquisa: de que forma as mudanças de governo no Brasil de 1995 até 2010 impactaram as relações do Brasil com os países da região caribenha (Cuba, Haiti e República Dominicana)? Deriva do problema de pesquisa o seguinte objetivo geral: examinar a relação bilateral do Brasil com os três principais países da região caribenha no lapso temporal baseado nos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Por consequência, surgem os objetivos específicos: identificar as ideologias presentes em cada Governo brasileiro; descrever os principais elementos dessas relações bilaterais. Quanto à metodologia utilizada, optou-se pelo método de pesquisa descritivo, com uma abordagem exploratória. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a documental. Os critérios de escolha dos países foram a localização geográfica e a opção pelas três maiores ilhas que se encontram nas Grandes Antilhas, ao norte do Caribe. A partir desse estudo foi possível verificar que o Governo Lula estabeleceu uma nova estratégia de política externa focando na cooperação sul-sul e na integração dos países da região da América Latina, almejando alcançar um papel de liderança na região e, por conseguinte, uma nova posição dentro da configuração global, como uma potência regional, buscando assim maior relevância como ator frente ao cenário internacional.

Palavras-Chave: Política Externa; Integração Regional; Cooperação Sul-Sul; Caribe; América Latina.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL.....	9
2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS PRINCIPAIS ESCOLAS.....	9
2.1.1 As Relações Internacionais como ferramenta de estudo para políticas internacionais	9
a) Idealismo	13
b) Realismo	14
c) Marxismo.....	16
2.2 COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	17
2.2.2 Cooperação Sul-Sul	18
2.2.3 Cooperação e Integração Latino Americana	19
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	21
2.3.1 Conceito.....	22
2.3.2 Tipos de Políticas Públicas	23
2.3.3 Ciclo de Políticas Públicas	24
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2	27
3. PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL COM CUBA, HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA: UMA DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS	29
3.1 CUBA.....	29
3.1.1 GOVERNO FHC.....	31
3.1.2 GOVERNO LULA	33
3.2 HAITI	41
3.2.1 GOVERNO FHC	42
3.2.2 GOVERNO LULA	43
3.3 REPÚBLICA DOMINICANA	52
3.3.1 GOVERNO FHC.....	53
3.3.2 GOVERNO LULA	55
3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3	59

4. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - CARIBE: UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS FHC E LULA	62
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	62
4.2 GOVERNO FHC	63
4.2.1 ANÁLISE DO GOVERNO FHC 1995-1998.....	64
a. Cuba	65
b. Haiti	65
c. República Dominicana	65
4.2.2 ANÁLISE DO GOVERNO FHC 1999-2002.....	66
a. Cuba	66
b. Haiti	66
c. República Dominicana	67
4.3 GOVERNO LULA	67
4.3.1 ANÁLISE DO GOVERNO LULA 2003-2006.....	68
a. Cuba	68
b. Haiti	69
c. República Dominicana	70
4.3.2 ANÁLISE DO GOVERNO LULA 2007-2011.....	70
a. Cuba	71
b. Haiti	71
c. República Dominicana	72
4.4 COMPARAÇÃO DOS MANDATOS	72
4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

Nos dias 16 e 17 de dezembro de 2008 foi realizada na Costa do Sauipe a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento. Tal data é marcante, pois pela primeira vez em dois séculos de independência política, todos os países da América Latina e do Caribe se reuniram em torno de uma agenda própria, constituída a partir de prioridades e desafios comuns. A Cúpula, iniciativa do governo brasileiro, marcou a volta de Cuba aos grandes foros regionais.

A partir do fim da Guerra Fria, o mundo que era então dividido por dois blocos de poder (capitalismo e socialismo) torna-se multipolarizado, criando assim novas formas de relações, com o surgimento de blocos econômicos e organizações internacionais e a busca de influência regional de atores que até então eram inexpressivos.

Com essa nova ordem, diferentes estratégias de políticas internacionais surgem no sistema. O regionalismo passa a ser visto como uma forma de crescimento das capacidades dos Estados em suas inserções internacionais.

Partindo desse ponto, este trabalho irá explicitar as relações do Brasil com os países caribenhos, representados pelos três principais países dessa região: Cuba, Haiti e República Dominicana. Através de uma pesquisa documental e bibliográfica é diagnosticado um grande vazio e desinteresse de diálogo do Brasil com essa região até a década de 2000, ou seja, 20 anos após o fim da Guerra Fria. Baseado nisso, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma as mudanças de governo no Brasil de 1995 até 2010 impactaram as relações do Brasil com os países da região caribenha (Cuba, Haiti e República Dominicana)?

O objetivo geral dessa pesquisa é examinar a relação bilateral do Brasil com os três principais países da região caribenha no lapso temporal baseado nos últimos nos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, de 1995 a 2010. Tendo como objetivos específicos: identificar as diferentes ideologias presentes em cada Governo brasileiro e descrever os principais elementos dessas relações bilaterais.

Compreender a posição do país na geopolítica internacional analisando suas relações é de fundamental importância para um aluno de Administração Pública e Social, pois sendo uma área de conhecimento que estuda o Estado e a sociedade permite assim perceber o quanto

essas relações de cooperação (ou até a inexistência delas) influenciam na estrutura do país, seja em termos políticos como em legados culturais para a sociedade.

Tais relações, como a de cooperação, buscam atingir demandas de uma sociedade, para alcançar o desenvolvimento. Essas relações fazem parte de uma agenda de Políticas Públicas de cada país e sua execução fica a cargo de gestores públicos gerando assim novos desafios à área de Administração Pública.

Esta pesquisa por ter uma ótica sob a Administração Pública e as Relações Internacionais navega por outras áreas, deixando assim um objeto de estudo desde o Pensamento Social Brasileiro já que traz consigo autores clássicos que ajudam a entender a formação da nossa sociedade à Ciência Política ao retratar as ações do Estado.

Quanto à metodologia, para realizar este trabalho, foi escolhido o método de pesquisa descritivo com uma abordagem exploratória. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a documental. Devido à grande quantidade de países que fazem parte da região caribenha e ao número extenso de projetos feitos, foram escolhidas as principais ilhas das Grandes Antilhas: Cuba, Haiti e República Dominicana, por ser a região com a maior concentração populacional do Caribe.

A estrutura do trabalho se organiza-se em cinco capítulos, sendo a introdução o primeiro capítulo e as considerações finais o último capítulo, que encerra o trabalho. O segundo capítulo está dedicado a uma revisão teórica dos temas a serem desenvolvidos. São abordados temas que se relacionam à integração regional. Cita-se a área das Relações Internacionais e suas teorias principais: idealismo, realismo e marxismo. Ao percorrer os conceitos de Cooperação e Integração, são expostos os temas da Cooperação Sul-Sul e da Integração Latino Americana, explorando o surgimento do termo América Latina e suas definições, além de citar as principais tentativas de integração na região ao longo da história. Por fim, utilizam-se as tipologias de Políticas Públicas e seu ciclo para compreender a política externa de um país.

O terceiro capítulo, de caráter descritivo, tem por finalidade apresentar um panorama dos projetos de cooperação que o Brasil realizou com os três países objeto desta pesquisa. São divididos por mandatos e país para assim observar a quantidade de projetos realizados e as áreas em que foram feitas. Também é exposta a balança comercial do Brasil com esses países. Além disso, são descritos também vários elementos de cada país no que diz respeito às suas características históricas.

O quarto capítulo é dedicado à análise. Ele está dividido, seguindo a mesma lógica realizada na descrição, separando mandatos e países, para que finalmente seja realizada a análise comparativa do Governo FHC e do Governo Lula.

2. COOPERAÇÃO SUL-SUL: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

O referencial teórico desta pesquisa é feito por meio de revisão bibliográfica, buscando teorias e estudos que possam permitir a análise empírica do objeto deste trabalho. Procura-se nesse trabalho analisar as iniciativas de cooperação e integração sob a visão da Administração Pública com as teorias de relações internacionais, priorizando, portanto, o comportamento do Estado e da Sociedade em RI. Com isso primeiramente serão expostas as principais escolas presentes em RI permitindo assim compreender as diferentes visões de mundo que existem. Após isso, será tratado o conceito de cooperação e integração regional expondo suas diferenças e seus alcances. Por fim serão colocados os conceitos de políticas públicas, expondo suas características e tipos.

2.1 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS PRINCIPAIS ESCOLAS

Dentro do estudo das Relações Internacionais há a análise das políticas externas ou processos políticos de um Estado. Como em todas as ciências sociais e humanas, as Relações Internacionais também têm como característica a busca da compreensão do funcionamento da sociedade, estudando suas origens históricas e seus processos de desenvolvimento e do comportamento humano. Abaixo serão expostos os conceitos principais de RI e suas principais escolas teóricas.

2.1.1 As Relações Internacionais como ferramenta de estudo para políticas internacionais

Para estudar a política internacional é fundamental a compreensão dos seus atores e fenômenos que ultrapassam as barreiras dos Estados nacionais. A disciplina das Relações Internacionais torna-se fundamental neste processo, pois engloba um conteúdo amplo que envolve as relações entre Estado, sociedade, instituições e agentes privados no sistema internacional sob diversas esferas: econômica, cultural, geopolítica e etc. Nas palavras de Philippe Braillard:

Relações Internacionais (...) constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais (...) O que caracteriza propriamente as Relações Internacionais é o fato delas constituírem fluxos que atravessam as fronteiras (...) Podemos pôr em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessam as fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades. (BRAILLARD, 1990, pp. 82-83 e p. 86)

Dentre as diversas classificações criadas para facilitar as matrizes teóricas das Relações Internacionais destaca-se a formulada por Philippe Braillard (1990) que definiu duas categorias básicas: Teorias Gerais e Teorias Parciais. As primeiras visam explicar as relações internacionais em seu conjunto, dentro delas estão as três teorias: a realista, a diplomática estratégica e a marxista-leninista. Quanto às teorias parciais objetivam analisar o conhecimento de aspectos das relações internacionais como é o caso das teorias de integração ou das organizações internacionais. A importância das Teorias Gerais resume-se no fato de focarem sua análise na compreensão global da realidade, buscando sentido para a ação humana e social.

2.1.2 Atores

Durante o século XX o sistema internacional sofreu transformações em seu cenário. As relações internacionais eram até então baseadas em um sistema de Estados, como únicos atores da sociedade internacional. Com o aprofundamento das relações de interdependência e principalmente com o fenômeno da globalização o sistema internacional ganhou novos atores com as organizações internacionais, organizações não governamentais, movimentos sociais e empresas transnacionais. No entanto, por mais que os Estados não sejam mais considerados os únicos atores no sistema internacional ainda assumem o protagonismo. Abaixo constam os dois principais atores.

a) Estados

Os Estados nacionais são os principais atores do sistema internacional. Trata-se de unidades políticas centralizadas que detêm um conjunto de normas e de instituições no qual

estabelecem a ordem nos mais diversos campos: econômicos, políticos e sociais dentro de seu território.

As principais características em comuns dos Estados são o reconhecimento dos demais Estados de seu território, obtendo assim um governo com liberdade para estabelecer suas normas para uma população que habita este espaço geográfico, e o respeito de seus limites territoriais estabelecendo relações diplomáticas entre si.

Visto que o poder é um elemento fundamental na política há uma tipologia que divide em dois tipos: o poder duro e o poder brando. O primeiro remete a recursos tradicionais como capacidade industrial, *status* militar e localização geográfica, enquanto o segundo refere-se a fontes econômicas, culturais, tecnológicas e culturais.

Juridicamente, o reconhecimento dos limites territoriais diz respeito aos princípios de não intervenção e não ingerência. No entanto, apesar dos Estados terem direitos iguais, as diferenças históricas e de recursos de poder criam desigualdades no sistema internacional. Segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2013) os Estados podem ser divididos em três blocos: Superpotências, Potências Regionais e Pequenos Estados.

As Superpotências são os que possuem recursos e poderes em nível mundial dando-lhes hegemonia. Seus graus de autonomia são altos e utilizam de recursos brando e duro nas suas relações estatais e não estatais. As potências regionais são os países emergentes, grandes Estados periféricos e possuem menor recurso, porém capacidade de ação em nível regional. Podem utilizar razoavelmente do poder brando e duro, possuem Estados desenvolvidos como Alemanha e Japão e emergentes como Brasil, China e Índia. Por fim, os Pequenos Estados são de baixa projeção global e regional, cuja sua política externa é de satélite para grandes, nele pode ser encontrado Estados estabilizados como Chile e de Estados de baixa vulnerabilidade como Haiti.

b) Organismos Internacionais

Os organismos internacionais referem-se a grupos políticos formados por Estados soberanos. Sua criação teve como objetivo principal ser um espaço de debates, negociações diplomáticas, a fim de obter acordos multilaterais para disciplinar relação dos mais diferentes tipos: financeira, econômica, militar, migratória e etc.

O mais importante organismo internacional é a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 no encerramento da Segunda Guerra Mundial. Entre os princípios definidos em sua carta de criação consta: manter a paz e a segurança internacional; promover a amizade entre as nações; basear-se no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros.

As atuações dos organismos internacionais podem ser em dimensões diferentes. É possível dividi-las em propósitos e extensão. As de propósito se dividem em propósitos abrangentes (PA) e propósitos específicos (PE) e extensão como regional ou global. A ONU trata-se de uma PA Global, o FMI (Fundo Monetário Internacional) que se limita ao plano econômico é uma PE Global.

Os organismos internacionais possuem autonomia para propor políticas, criando um fórum de negociação e de tomada de decisão. Os Estados ao fazerem parte da organização acabam por abrir mão de parte de sua soberania para respeitar o tratado. No entanto, nem sempre o poder dos organismos internacionais se sobrepõe à soberania dos Estados, gerando negativa nas prescrições, agindo, portanto, individualmente o que acaba gerando uma relação ambígua dos Estados e os organismos internacionais, em uma dinâmica de autonomia e dependência, de igualdade e pressão.

2.1.3 TEORIAS

Há diversas teorias e dentro delas diferentes correntes sobre relações internacionais surgidas no campo acadêmico, no entanto, três correntes de pensamento predominam: a primeira, a idealista, que estimula de uma visão pacifista; a segunda, a realista, examinadora da luta de poder na sociedade internacional; a terceira, a marxista, analista das relações sociais e do modo de produção capitalista ampliado em um cenário internacional.

Para explicar como é distribuído o poder no sistema internacional, o autor Mialhe (2008) cita Nye ao comparar a um tabuleiro de xadrez tridimensional onde cada uma das dimensões representa uma forma de relação de poder e todas mantêm também relações com as demais dimensões de forma simultânea. O poder militar seria a primeira dimensão, liderado pelos Estados Unidos que possui o maior poderio militar mundial e exerce influência e pressão através desse instrumento. O poder econômico estaria na segunda dimensão aonde os países de economias mais avançadas usariam de seus recursos para atingir seus objetivos. E

o terceiro seria a dimensão dos poderes difusos, área que foge do controle dos Estados aonde estariam concentradas as máfias, o tráfico de armas, de drogas, a lavagem de dinheiro internacional, etc.

a) Idealismo

A escola idealista, também conhecida como o paradigma Liberal foi dominante no período entre Guerras. Tendo influências do iluminismo e especialmente de pensadores como Immanuel Kant. O Idealismo vê o homem como um ser racional que usa do debate, da troca de ideias, a forma de solucionar seus problemas, existindo, portanto, uma visão otimista da natureza do homem ao crer em no progresso da humanidade já que o bem comum prevalece a vontade da guerra, há nessa busca de promoção da paz a intensificação das relações de vários níveis e estágios no campo comercial.

Segundo o iluminista Immanuel Kant, maior influente dessa escola, em sua obra A Paz Perpétua de 1795, para que as guerras e confrontos cessassem era necessário que a diplomacia fosse pública, ou seja, que houvesse regras ou leis expostas recolhendo assinaturas e fechando acordos, para assim evitar acordos secretos ou segundos intenções.

Em termos práticos, o grande nome dessa escola foi o presidente americano Woodrow Wilson, que após a Primeira Guerra Mundial criou as bases para uma organização internacional que regularia as relações entre Estados. Para Wilson, o idealismo seria a crença de que é possível colocar um fim as guerras alcançando um estado de paz permanente por meio de uma organização internacional racional. Isso não significaria que as forças armadas e outros instrumentos de conflito internacional fossem descartados. (JACKSON; SORENSEN, 2007).

A Liga das Nações foi a primeira experiência de uma organização internacional formada por Estados soberanos e que detinha um tribunal internacional. Apesar de ter fracassado em seu principal objetivo, tornou-se a base de inspiração para a criação da ONU que segue o mesmo ideal. A busca pela promoção de um estado de paz e segurança às diversas nações do mundo é percebida no Preâmbulo da Carta das Nações Unidas:

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na

igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E para tais fins, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unidas nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos (...). (INTERNACIONAL. 1945, p.1).

O comércio entre Estados, portanto, torna-se fundamental no idealismo, pois cria laços democráticos por meio de cooperações que contribuem para impedir conflitos e guerras no sistema internacional. Há a partir disso uma influência para os primeiros conceitos de integração regional, com a busca de integrar áreas técnicas, porém com a expectativa de uma integração mais profunda.

b) Realismo

O realismo é a teoria mais aplicável quando se fala de política internacional. Inspirada em Maquiavel e principalmente em Hobbes, na qual crê que o homem quando vive sem uma autoridade superior é capaz de impor regras e vive numa situação de permanente conflito e anarquia onde a busca pelo poder é o objetivo buscado. No caso, os indivíduos no realismo são os estados nacionais e para muitos autores o sistema internacional é anárquico e os Estados interagem com uma sociedade, de acordo com certas convenções, como a diplomacia, o Direito Internacional e a própria guerra. (MIALHE, 2008).

A base dessa escola vem de Thomas Hobbes que mostra a natureza humana como tendo sua característica principal o conflito. Em seu estado de natureza os indivíduos são movidos pelas paixões. A razão é superada por egoísmos, ódios e temores fazendo com que impere entre os indivíduos uma disposição constante para a guerra. Neste estado não existe qualquer tipo de noção de ética e moral, todo indivíduo tem, a priori, direito a tudo.

O direito de natureza, a que os autores geralmente chamam jus naturale, é a liberdade que cada homem possui de usar seu próprio poder, da maneira que quiser, para a preservação de sua própria natureza, ou seja, de sua vida; e conseqüentemente de fazer tudo aquilo que seu próprio julgamento e razão lhe indiquem como meios adequados a esse fim.” (HOBBS, 1979, p. 78).

Hobbes e Maquiavel representam os principais autores do realismo clássico. Para Maquiavel a segurança internacional estava sempre associada à demonstração de força, ou seja, sempre estar preparado para um estado de guerra, para defender seus interesses, mantendo seu poder e a hegemonia. Assim, escreve Maquiavel (2012, p. 116-7):

Não deve, portanto, um príncipe ter outro objetivo nem outra preocupação, nem tomar qualquer outra coisa como sua arte além da guerra, suas ordenações e sua disciplina; [...] E a principal razão que te faz perder o estado é negligenciar esta arte; e a razão que te faz adquiri-lo é professar esta arte.

Entre os pensadores mais influentes do realismo moderno está, Edward Hallett Carr que foi um dos críticos mais contundentes da escola idealista, argumentando que seus pensadores interpretavam os fatos históricos de forma equivocada acreditavam que as relações poderiam ter uma harmonia de interesses, quando na realidade ocorria o oposto, o que ocorre é um constante conflito de interesses, onde Estados com melhor situação tentam preservar e defender suas posições privilegiadas, portanto, as relações envolvem mais rivalidades do que cooperação. (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Para Guimarães (2013), o sistema internacional ainda é organizado de forma imperial, pois não há objetivos de paz, cooperação e segurança da humanidade, e sim em relações de pressão, ameaça e até de agressão nos atores envolvidos. O autor divide em grupos o sistema internacional. O primeiro grupo de Estados está sob liderança estadunidense e tem como objetivo se manter no topo, utilizando de acordos internacionais que os beneficiam. O segundo grupo de Estados, são ex-colônias, os periféricos, os desarmados, os não industriais, os subdesenvolvidos, que procuram promover seu desenvolvimento de forma autônoma, tentando resistir às pressões dos países altamente desenvolvidos. O terceiro grupo é formado pela Rússia, China e Índia. É o grupo que desafia a hegemonia exercida pelos Estados Unidos e procura acelerar seu desenvolvimento e ampliar sua influência internacional.

Para Guimarães (2013, p.12) as práticas realizadas sob a “pele” de idealista, configuram-se na realidade como a busca única de poder conforme cita:

A dinâmica do sistema internacional, ou política internacional, não tem como objetivos a paz, a cooperação e a segurança da humanidade como um todo. Esta dinâmica, atual herdeira da evolução do sistema internacional nos últimos cinco séculos, se encontra ainda organizada de forma imperial.

Percebe-se, portanto, que na visão da teoria realista a busca de poder pode ser feita além da base da pressão e da guerra e sim com práticas que por vezes podem ser interpretadas como atos de solidariedade e cooperação de um país desenvolvido a um país emergente, quando na verdade interesse o país fomentador busca nesses atos nada mais do que interesses próprios, por vezes até pressionando em termos econômicos.

c) Marxismo

Baseado na doutrina elaborada por Marx, a escola marxista ou radical tem como foco principal o conflito de classes sociais. Embora, Marx não tenha criado sua teoria visando as dinâmicas das Relações Internacionais foram desenvolvidas teorias neomarxistas que diferentemente das teorias realistas e idealistas colocam o conflito de classes acima dos conflitos entre Estados como objeto de estudo. Avaliam, portanto, os efeitos do imperialismo, a divisão norte-sul, as relações núcleo e periferia e a teoria da dependência. Tal como Magnoli (2004) define:

Karl Marx não produziu uma teoria do sistema político internacional, mas da história e da revolução social. Seu objeto central de análise pode ser definido como o conflito entre as classes sociais. O Estado é um elemento marginal no pensamento marxista, e o comportamento dos Estados, quando enfocado, surge apenas como veículo para interesses econômicos, políticos ou ideológicos de outros agentes (classes socioeconômicas e corporações industriais e financeiras, por exemplo). Contudo, principalmente a partir de Lenin, a tradição marxista forjou um pensamento sobre as relações internacionais.

Ao buscar compreender as raízes do desenvolvimento e subdesenvolvimento a escola marxista traça a evolução do sistema capitalista separando as áreas centrais das áreas periféricas e os padrões de dominação, com isso as relações entre as sociedades pesam mais do que a própria estrutura internacional do trabalho, ou seja, interessa mais a compreensão dos fenômenos contemporâneos da globalização como a mundialização de grandes corporações industriais, os fluxos de capital e de mercadorias e a configuração de blocos econômicos macrorregionais.

2.2 COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A cooperação internacional tornou-se prática marcante desde o final da Segunda Guerra Mundial. Tal prática se expande para todas as áreas desde o comércio até as questões ambientais. Seu sentido vai além de ajuda mútua entre governos, significa Estados estabelecendo mesmos padrões, criando ações que priorizam benefícios e também problemas que podem recair para mais de uma sociedade ou até mesmo a uma comunidade internacional. Dentro desse cenário a integração regional torna-se um assunto fundamental.

2.2.1 Conceitos

O termo integração é citado nos mais diversos espaços sejam eles econômicos, políticos ou sociais. Iris Laredo (1994) define a integração como uma adoção de políticas comuns que visa atingir objetivos comuns para resolver problemas também comuns. Sendo uma alternativa de aumento de poder cada vez mais aceita e usada no mundo.

Béla Balassa (1964) foi um dos principais autores de integração econômica a ampliar seu termo, o autor aponta diferenças entre integração e cooperação. Segundo o autor cooperação são ações voltadas para diminuição da discriminação, enquanto o processo de integração econômica relaciona-se a medidas envolvendo a abolição de algumas formas de discriminação.

A integração econômica pode então envolver diferentes esferas ultrapassando a economia e atingindo a política e o direito internacional. Ou seja, ultrapassa o nível de soberania dos Estados nacionais para atingir uma política comum com outros países, criando um grau de supranacionalidade.

A integração regional é, portanto, um agrupamento voluntário de Estados pertencentes a uma mesma região geográfica ou que apresentam semelhanças culturais ou linguísticas que visam objetivos em comum, sejam eles econômicos, sociais ou políticos. Portanto, não há a necessidade de ser com países que fazem fronteira ou do mesmo continente.

O termo “cooperação internacional” estendeu às mais diversas áreas como comércio e as finanças até as questões de segurança, meio-ambiente, educação e saúde. O termo não

significa apenas a ajuda mútua e sim a participação de governos e instituições desenvolvendo políticas e programas que levam benefícios para mais de uma sociedade.

Os principais tipos de cooperação são: a cooperação bilateral e a cooperação multilateral. A cooperação bilateral caracteriza-se por ser estabelecida por apenas dois Estados. Na cooperação multilateral participam três ou mais Estados, formando assim blocos econômicos, muitas vezes executados por intermédio de organizações internacionais.

Para Estados menos desenvolvidos, que apresentam economias limitadas, carentes de recursos financeiros e de setor industriais, a participação em blocos econômicos regionais torna-se fundamental para poder se desenvolver e assim se integrar num âmbito mundial.

2.2.2 Cooperação Sul-Sul

Com a extinção do grupo de países do bloco socialismo denominado de Segundo Mundo, a expressão Terceiro Mundo para o grupo de países subdesenvolvidos foi redefinida. A partir disso, quando falamos de países do Norte, estamos nos referindo aos países desenvolvidos, em contrapartida, o Sul é representado para os países ditos em desenvolvimento. Leite (2012, p. 1) acerca do termo de Cooperação Sul-Sul:

Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados, etc. Já para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

Até o final da Segunda Guerra Mundial o sistema internacional de relações para os países periféricos era baseado na lógica Sul-Norte-Sul, tendo sempre uma potência central intermediando as relações. Por longo período as colônias periféricas funcionavam como centro de abastecimento de matérias-primas e recursos minerais e naturais aos países centrais, com isso o desenvolvimento para esses países tornava-se inviável graças a essas relações exploratórias.

É na ideia do anticolonialismo que a Cooperação Sul-Sul surge. China e Índia estabeleceriam uma nova estratégia para os países de Terceiro Mundo em relação às grandes

potências, utilizando da barganha, do não-alinhamento e da equidistância. Utilizavam da Guerra Fria com a disputa entre Estados Unidos da América (EUA) e União Soviética (URSS) para adquirir vantagens para o seu desenvolvimento. Tal estratégia seria utilizada por países independentes como meio de sobrevivência, mesmo se utilizando de um alinhamento como foi o caso de Cuba com a URSS ou dos restantes países latino-americanos com os EUA.

A década de 1970 foi representativa para os países do Terceiro Mundo, pois consolidou em diversas denúncias para ONU quanto às desigualdades econômicas que aconteciam nas relações Norte-Sul, além disso, estratégias de autossuficiência coletiva fomentou a Cooperação Sul-Sul, sendo operacionalizado e regulado em diversos organismos internacionais, mas principalmente na ONU.

No entanto, mesmo que o marco do surgimento da Cooperação Sul-Sul tenha sido na década de 1970, o período era de uma grave crise econômica, marcados pela crise fiscal e das dívidas externas, limitando, portanto, a capacidade dos países em desenvolvimento focarem em iniciativas amplas de Cooperação Sul-Sul. Foi apenas duas décadas depois, a partir do final dos anos 1990 que a Cooperação Sul-Sul foi exercida na prática nos países em desenvolvimento.

A década de 2000 destaca-se pelos diversos exemplos de agrupamentos e coalizões como o fórum dos BRICS, formado inicialmente por Brasil, Rússia, Índia, China e, posteriormente, África do Sul, sendo institucionalizado em 2009 e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), estabelecido em 2003 como um mecanismo de coordenação entre as três democracias emergentes nas mais diversas áreas.

2.2.3 COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO LATINOAMERICANAS

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu artigo 4º (que trata dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil), especialmente no parágrafo único, determina que a integração latinoamericana é o foco central: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”(BRASIL, 1988, p. 11)

Ao iniciar o tema é necessário compreender o que seria o conceito de América Latina. Para os autores Farret e Pinto (2011) compreender a criação do nome primeiro torna mais fácil compreender seu conceito, pois na sua construção há o esquecimento de povos indígenas

ou negros, priorizando a perspectiva europeia. Segundo os autores as ambições imperialistas dos Estados Unidos no início do século XIX, já surgindo como uma potência mundial e já fazendo da apropriação do termo “América”, gerou a necessidade de denominar a outra América, com os demais países pertencentes a região no qual foram colonizadas em sua maiores por portugueses e espanhóis, mas segundo os autores o ponto chave se mostra na primeira publicação do nome, com objetivos de disputa imperialistas:

Neste artigo, Phelan considera que o termo “América Latina” aparece pela primeira vez em 1861, no contexto do panlatinismo. A ideologia panlatina, que já existia na França desde os anos 1830, ganhando força no governo de Napoleão III (o chamado Segundo Império, de 1852 a 1870), objetivava subjugar as nações hispano-americanas ao poderio francês, e ao mesmo tempo visava diminuir a área de atuação da política imperialista dos Estados Unidos. Seu ponto central era a aproximação cultural entre a França e as nascentes repúblicas de língua espanhola, a partir de uma união “latina” intercontinental, mas que obviamente teria a França como liderança.

A América Latina, portanto, pode ser definida como uma região onde países se assemelham culturalmente e historicamente, com processos de dominação e exploração em suas colonizações tendo a dependência econômica e o intervencionismo norte-americano como pontos presentes na narrativa de qualquer nação presente na região.

Sua nomenclatura que enfatiza países de língua românicas derivadas do latim, portanto, não reflete de forma plena quais são membros, pois metade do Canadá foi colonizado por franceses e não há qualquer autor ou ideia que seja que caracterize o Canadá um país latino-americano excluindo, por exemplo, Jamaica ou Belize.

Em boa parte do século XXI, poucas tentativas de integração latino-americana ocorreram devido à dependência econômica e a inserção subordinada no plano internacional.

Para Nilson Souza (2012) o processo de integração latino-americana ocorre por meio de ondas, citando apenas quatro momentos, tendo a política das grandes potências papel fundamental para desintegração da região ou para seu crescimento quando há uma crise econômica.

A primeira seria oriunda das lutas independentistas, liderada por Simón Bolívar, que fracassaria devido a diversos fatores como conflitos oligárquicos e principalmente a disputa entre Estados Unidos e a Inglaterra pelo domínio da região. A segunda durante a grande crise de 1914-1945 ideologia nacional-desenvolvimentista foi instigada, fortalecendo a independência econômica desses países e juntando ao fato da dificuldade do comércio

mundial provocadas pelas duas grandes guerras, porém os Estados Unidos se utilizando da propaganda ideológica do anticomunismo como doutrina, passou a apoiar a queda de governos latino-americanos que não estivessem abertos para a entrada de capital estrangeiro. A partir de então, ocorre os golpes militares na região para que novos governos permitissem a invasão das transnacionais derrubando com a ideia de integração latino-americana.

O terceiro momento de integração latino-americana surgiu do declínio prolongado da economia dos EUA na virada da década de 1960 para a de 1970, com vários países como forma de defender-se da crise passaram a trabalhar na integração, tendo a criação de blocos econômicos como o Pacto Andino em 1969 e a aproximação do Brasil e Argentina que resultaria no MERCOSUL. No final de 1972, foi criado o Mercado Comum Caribenho, dentro de uma Comunidade Caribenha assinada pelos quatro países independentes: Barbados, Jamaica, Guiana, e Trinidad e Tobago. Vinte e cinco anos depois, o número de países havia subido para 15. Em 2000, Cuba e República Dominicana firmaram acordo de livre comércio com o bloco e a República Dominicana está na lista de países observadores do bloco.

O quarto e último momento citado ocorre na virada da década de 1990 para a de 2000 gerado pela crise das políticas neoliberais da década de 1990. Surgem então projetos que buscavam mais que uma integração comercial, colocando a integração social, política e cultural como objetivos. A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) são alguns exemplos. No entanto, os Estados Unidos teve como estratégia para manter o controle ideológico na região a oferta de acordos comerciais bilaterais com determinados países para tentar dividir o movimento integracionista. (SOUZA, 2012)

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Com as mais diversas transformações ocorridas no plano global, seja nos campos social, econômico e político, os impactos das políticas domésticas e externas de um país estão estritamente ligados entre o nível doméstico e o internacional. As ações externas de um país têm influência por fatos e atores domésticos. Para compreender de forma mais clara a política externa de um Estado é de vital importância compreender como funciona as Políticas

Públicas, para isso irá ser explorado a seguir seus conceitos e sua tipologia, além de citar o ciclo de uma política pública.

2.3.1 Conceito

A definição de Políticas Públicas passa pela compreensão de diversos conceitos unidos nessa matéria multidisciplinar das ciências humanas. Segundo Frey (2000), o termo “política” na língua inglesa, possui três dimensões de significados: a dimensão institucional (*polity*), a dimensão processual (*politics*) e a dimensão material (*policy/policies*). Estas dimensões estão entrelaçadas e se influenciam mutuamente.

A dimensão institucional (*polity*) remete ao conceito de política, refere-se ao ordenamento institucional do sistema político, o conjunto de procedimentos nos mais diversos níveis, sejam eles formais ou informais, no qual ocorre as relações de poder e visa alcançar a resolução dos conflitos nas mais diversas instâncias de poder do Estado para melhor alocação de recursos públicos.

A dimensão processual (*politics*) é o processo político, o conflito entre os diversos atores presentes em respeito aos objetivos a serem alcançados, seus conteúdos e investimentos. Basicamente, trata-se do caminho por qual uma decisão política tem de passar e as influências e intervenções no qual os formuladores de políticas (*policy makers*) e atores sociais podem dar ao processo.

A dimensão material (*policy*) é o que refere à definição mais equivalente ao termo de políticas públicas, pois se trata das atividades políticas da dimensão institucional (*politics*), ou seja, é a ação das propostas colocados nos programas políticos que visam resolver problemas técnicos da sociedade.

As políticas públicas, portanto, são originadas através de um modelo de Estado, consequentemente atrelado a uma política de governo, estando ligado nos mais diferentes tipos políticos como social ou liberal o que na maioria das vezes é predefinido por partidos políticos antes das eleições.

Como citado, entre os atores políticos há os grupos de interesse que se formam e disputam com demais grupos sociais para defender seus objetivos, atuando na *policy arena*, nesse termo concebido por Lowi (1972) citado por Frey (2000, p.223). Nesse processo de

conflito e de consenso há diversas áreas da política: distributiva, redistributiva, regulatória ou constitutiva. Essa tipologia de Políticas Públicas será abordada na sequência do capítulo.

2.3.2 Tipos de Políticas Públicas

Frey (2000, p. 223) cita que as quatro formas políticas podem ser agrupadas conforme a sua forma e sua aplicação, conforme ao seu conteúdo político e finalmente no modo de resolver os conflitos políticos.

A. Políticas Distributivas

As Políticas Distributivas conforme cita Secchi (2014) são as que direcionam recursos difusos da coletividade para grupos específicos de interesses, criando assim um benefício mais individualizado ao privilegiar certos grupos sociais específicos. Por ter seus custos feitos por toda a coletividade acabam por ter uma melhor aceitação social, já que não se questiona o custo individual por ator social.

São exemplos de políticas distributivas: implantação de escolas, hospitais, etc.; construção de pontes, estradas; revitalização de áreas urbanas; salário desemprego, bolsa família e etc.

B. Políticas Regulatórias

Diferentemente das políticas distributivas, as políticas regulatórias não visam oferecer bens ou serviços e sim determinar padrões de comportamento da sociedade e dos próprios agentes públicos como cita Secchi (2014), portanto, sua aprovação depende das forças exercidas pela sociedade.

Como o próprio nome sugere, estabelece regulamentos, atuando com ordens, proibições, decretos e portarias. O código de trânsito e assuntos ligados à aborto e eutanásia são exemplos dessa política.

C. Políticas Redistributivas

Segundo Frey (2000), as políticas redistributivas estão predispostas ao conflito pois estabelecem uma alteração consciente de recursos financeiros, direitos ou valores entre

camadas da sociedade, ou seja, para efetivar esta política é necessário que alguém perca para outro vencer, reside aí o maior grau de conflito existente.

A instituição de um novo imposto para grandes fortunas, que transfira renda de classes altas para um programa de distribuição de renda é um exemplo desta política.

D. Políticas Constitutivas

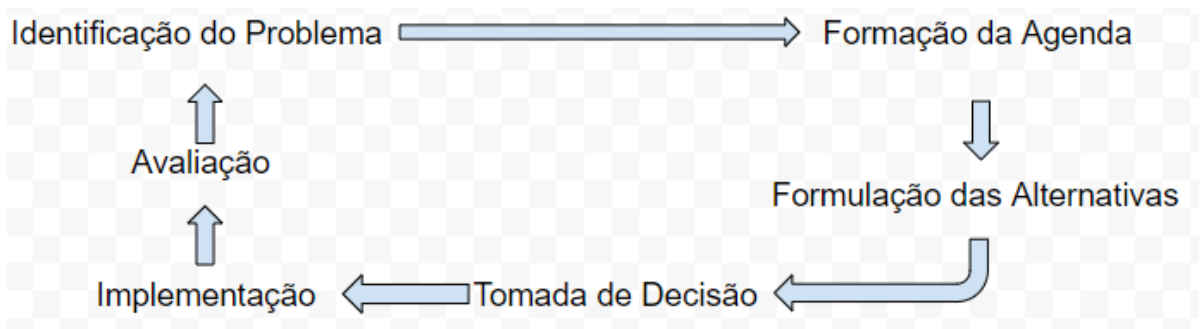
As Políticas Constitutivas são aquelas que determinam as regras do jogo político, pois é a estrutura dos processos e conflitos políticos. Tal política lida com procedimentos, definem competências, regras de disputa políticas e da elaboração de políticas públicas, ou seja, regula as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias (FREY, 2000, p.224).

As regras de distribuição de competência dos três poderes e do sistema político eleitoral e de relações intergovernamentais e da participação da sociedade civil nas decisões políticas são exemplos de políticas constitutivas.

2.3.3 Ciclo de Políticas Públicas

Para que uma política pública seja realizada é necessária uma organização de ideias para isso foi criada uma estrutura sequencial para que os programas e ações se tornem funcionais, tal esquema é conhecido como ciclo de políticas públicas e surge com o objetivo principal de facilitar a visualização e interpretação do processo de elaboração de políticas públicas. A seguir são apresentadas as seis principais fases.

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: Elaborado pelo autor

A Figura acima demonstra de forma sequencial as seis etapas clássicas do ciclo de uma política pública.

1. Identificação do Problema

Nem sempre a identificação do problema significa a danificação de algo, a identificação de um problema pode ser considerada como “a discrepância entre o status quo e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é, e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública” (SECCHI, 2014, p. 34).

Nas políticas exteriores de um país pode ser por uma percepção dos anseios de uma nação. Uma necessidade de integração ao mundo industrializado e desenvolvido em relação de igualdade com os países desenvolvidos. A busca de autonomia e protagonismo ou até mesmo o objetivo por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

2. Formação da Agenda

Identificados os problemas o passo seguinte seria decidir o que é prioritário para o poder público. A fase da agenda consiste pelo planejamento, ao analisar a emergência de tais problemas e os recursos disponíveis para solucioná-lo.

Secchi (2014, p. 36) cita que “a agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes”, assim sendo, o autor diz que basicamente existem dois tipos de agenda: política ou “conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”; e formal “também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar” (ibidem, p. 36).

Um exemplo desse caso no âmbito internacional, seria a busca países aliados que tenham atributos quantitativos e qualitativos, para assim evoluir no sistema internacional obtendo maior influência, poder de barganha e melhores opções de parceiros comerciais, ou o reconhecimento de um problema a nível global que seja passível de intervenção ou de interesse público.

3. Formulação das Alternativas

Tal fase representa a solução ou alternativa para os problemas colocados na agenda. Os programas que serão desenvolvidos e suas formas de ação são o objetivo central dessa fase. No que se refere aos objetivos “é o momento em que políticos, analistas de políticas públicas e demais atores envolvidos no processo resumem o que esperam que seja os resultados da política pública” (SECCHI, 2014, p. 37).

No ambiente internacional pode se exemplificar a opção de seguir políticas estabelecidas em blocos econômicos ou partir para uma política mais independente. Opções de ser mais conservador ou mais arrojado no cenário internacional

4. Tomada de Decisão

A Tomada de decisão “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas (SECCHI, 2014, p. 40). Com as alternativas já avaliadas, tal fase se define em procurar curso de ação adotado. São definidos, portanto, os recursos e o prazo temporal da ação da política.

5. Implementação

A fase de implementação é aquela na qual os processos anteriores contendo todas as regras e rotinas transformam-se em ações. Para Secchi (2014) é no momento da implementação que funções administrativas, como lideranças e coordenação de ações, são colocadas à prova. Em tal fase é possível observar erros anteriores à tomada de decisão para sim verificar problemas mal formulados ou até otimismo exagerados.

6. Avaliação

A avaliação consiste no controle e na análise da política realização, possibilitando a identificação de possíveis falhas para maior efetivação. Tal fase pode ocorrer em três períodos

diferentes: antes (ex ante), durante (monitoramento) ou depois (ex post). Ao citar a importância desta fase, o autor Savio Raeder (2014, p. 135) ressalta que:

Importante considerar que os parâmetros de avaliação devem ser claramente expostos, a fim de que esta etapa sirva adequadamente para a melhoria das atividades em curso e para a formação dos envolvidos mais diretamente com a política. Desse modo, a avaliação pode ser embasada por diagnósticos que verifiquem os impactos das ações empreendidas, fornecendo aos executores das ações recursos informacionais preciosos para formação de quadros ou ajustes de rotas nos projetos. As avaliações encerram o ciclo da política pública, fornecendo subsídios para o início de um novo ciclo, voltado para a resolução do problema não equacionado ou indicando a resolução completa das questões que a política objetivava resolver.

Percebe-se, portanto, a importância da avaliação nas políticas públicas, pois tal prática além de confrontar os resultados obtidos e examinar a efetividade do projeto, agrega também transparência à Administração Pública.

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2

As relações entre países podem ser estudadas de diferentes perspectivas, já que envolvem uma multidisciplinariedade em sua análise. Relações Internacionais, Economia e Direito são algumas disciplinas de grande importância. O meu olhar aqui é através da Administração Pública e para isso será utilizado como base as políticas públicas exteriores que tratam de políticas públicas específicas.

No entanto, para poder utilizar as políticas públicas, é necessário resgatar conceitos de outros campos de análise. As Relações Internacionais são uma disciplina fundamental para compreender as relações entre Estado, agentes privados e sociedade na esfera internacional analisando sob diversos campos como econômico ou cultural. Dentre suas categorias básicas, destacam-se as Teorias Gerais e Teorias Parciais formuladas por Phillippe Braillard (1990). A primeira ajudará a compreender o sentido das ações dessas interações ao expor a doutrina realista que se caracteriza pelas relações na base da força e pressão e a doutrina idealista na qual visa uma relação pacífica entre países buscando seus interesses, porém de forma racional. Quanto às Teorias Parciais, estas se dedicam a construir uma visão mais particular das relações internacionais, como é o caso da cooperação e integração regional.

A integração regional tornou-se um campo importante após o final da Guerra Fria com aproximações voluntárias de Estados pertencentes de uma região geográfica ou que possuem semelhanças de identidade ou culturais. Assim como o termo da cooperação permite entender que não é apenas ajuda mútua e sim a participação de governos que visam ao desenvolvimento político e social com programas que levam tais benefícios a mais de uma sociedade. Cooperação essa que pode ser multilateral ou bilateral que é o foco principal desta pesquisa.

É de grande relevância compreender o aspecto histórico das cooperações e integrações da América Latina. Para isso, são citadas as fases elaboradas por Nilson Souza (2012) que demonstram que durante boa parte da história a integração latino-americana sempre teve como obstáculo as grandes potências, em especial os Estados Unidos que tem como estratégia manter o controle ideológico da região.

Até o final da Guerra Fria, o sistema internacional era baseado na lógica Sul-Norte-Sul. O Norte sendo representada por países desenvolvidos e o Sul por países ditos em desenvolvimento, ou seja, sempre havia uma potência intermediando as relações. A partir da década de 1990 as relações Sul-Sul passam a ser efetivadas e países de economia emergente passam a ter um maior poder dentro do sistema internacional.

Na América Latina observa-se como a última fase de aproximação a partir da década de 1990 com a criação do MERCOSUL, UNASUL, ALBA e CELAC como alguns exemplos. Dito isso irei descrever no próximo capítulo as ações de cooperação em relações internacionais do Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2003 e Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010, com os países de Cuba, Haiti e República Dominicana.

3. PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL COM CUBA, HAITI E REPÚBLICA DOMINICANA: UMA DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Neste capítulo pretende-se descrever os projetos de Cooperação realizados de forma bilateral entre o Brasil e os três países caribenhos da América Central selecionados. Essa descrição será realizada de forma resumida tendo como principal referência bibliográfica publicações da Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Agência Brasileira de Cooperação é responsável por coordenar, executar e avaliar os programas e ações da cooperação técnica e humanitária internacionais do Brasil, em parceria com governos estrangeiros ou com organismos internacionais.

Esse capítulo tem por objetivo identificar as relações do Brasil com os países observando o período dos dois mandatos de governo de FHC e Lula, para posteriormente analisar a estratégia de política exterior dos governos quanto a seu papel de liderança na região.

3.1 CUBA

Cuba tem um histórico particular dentro dos países da América Latina e isso ocorre desde o seu período de colonização ao ser um dos últimos países a conseguir a independência, no final do século XIX. E seu particularismo fortalece ao realizar uma revolução nacionalista que logo se tornou socialista sendo o único país da América Latina que conseguiu consolidar um regime socialista, sendo assim peça fundamental durante a guerra fria devido sua localização próxima aos Estados Unidos da América.

Sua história singular aumenta por ser o único país que entrou em conflito com a maior potência do planeta e conseguiu resistir a um embargo de quatro décadas, sem mudar seu governo e após o final da guerra fria sem o apoio soviético o que fez a se adaptar a um novo contexto no sistema internacional.

O fim do bloco soviético representou não só o fim de uma forte proteção militar, mas também o suporte econômico que garantia a sobrevivência da ilha. A partir dessa nova ordem internacional com a consolidação norte americana como hegemônica e por consequência com

o reforço do embargo econômico principalmente no Governo Bush, Cuba teve que enfrentar um novo desafio na ordem internacional.

Apesar das dificuldades mencionadas, com o fim do bloco socialista, se abriu uma possibilidade de novos parceiros, incluindo um retorno a América Latina. Devido a seus avanços sociais, que são reconhecidos por diversos organismos internacionais a colocaram em uma situação privilegiada quando comparados com os demais países latino-americanos, mesmo aqueles com mais condições financeiras.

Diferentemente de outros regimes como o chinês ou vietnamita, o governo cubano estava inclinado a preservar a orientação socialista realizando um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia, ao adotar uma estratégia de concessões momentâneas, a contragosto, às relações capitalistas. Richard Gott (2006 p.326) ressaltou que:

Os burocratas cubanos pensaram inicialmente que poderiam reformar o setor externo sem fazer mudanças internas drásticas – apoiando o capitalismo no estrangeiro, mas o socialismo dentro de casa. Queriam um enclave isolado de investimento estrangeiro e turismo que produzisse as divisas necessárias para manter a estrutura social sem mudanças.

A partir dos anos 2000 o mapa político da América Latina teve o que foi chamado de uma guinada à esquerda, aonde diversos governos de centro-esquerda foram eleitos em grandes países, os EUA, apesar de seguir com seu poder hegemônico, já não era incontestável como na década de 1990. Tal cenário possibilitou a criação de um eixo bolivariano (Venezuela, Equador, Bolívia e Nicarágua) solidário a Cuba e uma aproximação com outros governos progressistas sul-americanos refletindo numa participação em organismos de integração regional como a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), isso além de significar um marco em suas relações externas pós guerra-fria, demonstra uma nova estratégia baseado na integração regional.

3.1.1 GOVERNO FHC

A. Primeiro Mandato

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência do Brasil no dia 1 de janeiro de 1995. Foi o quarto presidente no processo de redemocratização brasileira. Ao assumir o Brasil, o país já havia dado passos de uma aproximação ao reatar relações diplomáticas com Cuba depois de duas décadas de afastamento, com José Sarney (1985-1990) reestabelecendo relações ao iniciar cooperações nas áreas de saúde e educação. Fidel Castro também esteve presente na posse de Fernando Collor de Mello em 1990 e na própria posse de FHC em 1995 conforme notícia publicada pelo O Globo.¹

Ao solicitar as ações realizadas com Cuba no primeiro mandato de FHC para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério de Relações Exteriores (MRE), que é responsável por coordenar, executar e avaliar os programas e ações da cooperação técnica e humanitária internacionais do Brasil, em parceria com governos estrangeiros ou com organismos internacionais, foi repassado apenas um projeto denominado apenas como “Projetos Concluídos” em 1998. Segundo a ABC,² trata-se de um projeto instituído no ano de 1997, através da I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, na qual formou dois grupos distintos para o tratamento dos temas referentes à cooperação científica e técnica.

Abaixo são apresentados dados de exportação, importação, saldo e o volume total das relações comerciais. O período de dados disponíveis é a partir de 1997.

Tabela 1 - Balança Comercial Brasil-Cuba de 1997-1998

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1997	US\$ 49.596.217	US\$ 20.341.341	US\$ 29.254.876	US\$ 69.937.558
1998	US\$ 60.329.136	US\$ 6.066.021	US\$ 54.263.115	US\$ 66.395.157

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

¹ Para maiores informações ver: “<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/11/relacao-entre-brasil-e-cuba-foi-do-rompimento-uma-amizade-proxima.html>”. (Acesso em: 17 de outubro de 2018)

² Para maiores informações ver: “<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Cuba>”. (Acesso em: 17 de outubro de 2018)

A Tabela 1 mostra um enorme saldo positivo do Brasil nas relações de 1998 e um volume total semelhante nos dois períodos. O número de importação de produtos cubanos de 1997 para 1998 decaiu em mais de 14 milhões de dólares.

B. Segundo Mandato

No período do segundo mandato de FHC entre 1999 a 2002 não houve relações de bilaterais entre os dois países. Na lista enviada pela ABC não há nenhuma ação de cooperação registrada no período. No entanto há pequenos acordos como a chegada de um pequeno grupo de médicos cubanos para atuar nas cidades do interior da parte norte do Brasil conforme mencionado em matéria do site Terra³.

Em 1999, Fernando Henrique Cardoso tornou-se o primeiro presidente brasileiro a visitar Cuba ao participar da Conferência Ibero-Americana⁴. FHC manteve um discurso pacifista quanto a situação de Cuba no sistema internacional, condenando a posição norte-americana de embargo econômico e apoiando a reinserção cubana na comunidade hemisférica. No entanto, reiterou a importância do governo cubano de respeitar os direitos humanos e democráticos.

Abaixo é apresentada a tabela da balança comercial do período.

Tabela 2 - Balança Comercial Brasil-Cuba de 1999 a 2002

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1999	US\$ 66.005.381	US\$ 5.997.564	US\$ 60.007.817	US\$ 72.002.945
2000	US\$ 94.506.690	US\$ 20.828.862	US\$ 73.667.828	US\$ 115.335.552
2001	US\$ 49.596.217	US\$ 10.239.605	US\$ 39.356.612	US\$ 59.835.822
2002	US\$ 141.901.738	US\$ 13.915.983	US\$ 127.985.395	US\$ 155.817.361

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 2 demonstra que o último ano de mandato de FHC é onde apresenta um saldo positivo com mais de 127 milhões de dólares. Todos os anos desse segundo mandato apresentaram um balanço mais desequilibrado, tendendo ao Brasil, do que nos dois anos apresentados do primeiro mandato.

³ Para maiores informações ver: “<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/em-1999-jose-serra-defendia-importacao-de-medicos-de-cuba,7fe3124f2ec7f310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>”. (Acesso em: 17 de outubro de 2018)

⁴ Para maiores informações ver: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/fhc-inicia-viagem-a-cuba-amanha-223379.html>. (Acesso em: 17 de outubro de 2018)

3.1.2 GOVERNO LULA

A. Primeiro Mandato

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil no dia 1 de janeiro de 2003. Em seu primeiro ano de mandato Lula realizou uma viagem oficial à Cuba com objetivos comerciais. Segundo matéria da BBC⁵ foram assinados 12 atos de cooperação no encontro e foi firmado um financiamento de US\$ 20 milhões para um projeto de usina de produção de açúcar. Além disso, foi fechado um acordo para amortização de uma dívida cubana com o Banco do Brasil utilizando de 20% de receita de alguns produtos exportados por Cuba ao Brasil e um empreendimento hoteleiro em quarto resorts cinco estrelas. Lula evitou discursos na viagem para evitar se associar ao Governo de Fidel que estava sendo bastante criticado por uma onda de repressão, reiterando o caráter apenas comercial de sua viagem ao citar que o embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba como uma oportunidade para ampliar negócios com o país.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou a lista de ações cooperativas entre os dois países no período de primeiro mandato de Lula, constando 18 projetos no total. Abaixo um Quadro com todos os projetos.

Quadro 1 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e Cuba iniciados entre 2003 a 2007

Acordo de Cooperação	Início
Diplomado em Banca Comercial	21/04/2003
Capacitação em Metodologia de Avaliação de Ativos Minerais	02/06/2003
Proyecto de Reforzamiento Institucional del Ministerio de la Agricultura de Cuba en el Área de Investigación agropecuaria	01/11/2004
Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Ecomnomia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do PDHL-Cuba	01/01/2005
Evaluación y Diagnstico Sobre la Degradación Ambiental de la Mina "El Cobre" en Cuba	01/01/2005
Estudos para o Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas)/SIAGAS - Cuba	01/01/2005
Capacitação para a Aplicação da Geoestatística na Exploração Mineira em Cuba	01/01/2005
Aplicação de Modelos Econométricos	01/07/2005
Seminário sobre Gestão de Recursos Humanos por Competências	12/09/2005

⁵ Para maiores informações disponíveis ver em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/09/030927_lulaebc.shtml. (Acesso em: 18 de outubro de 2018)

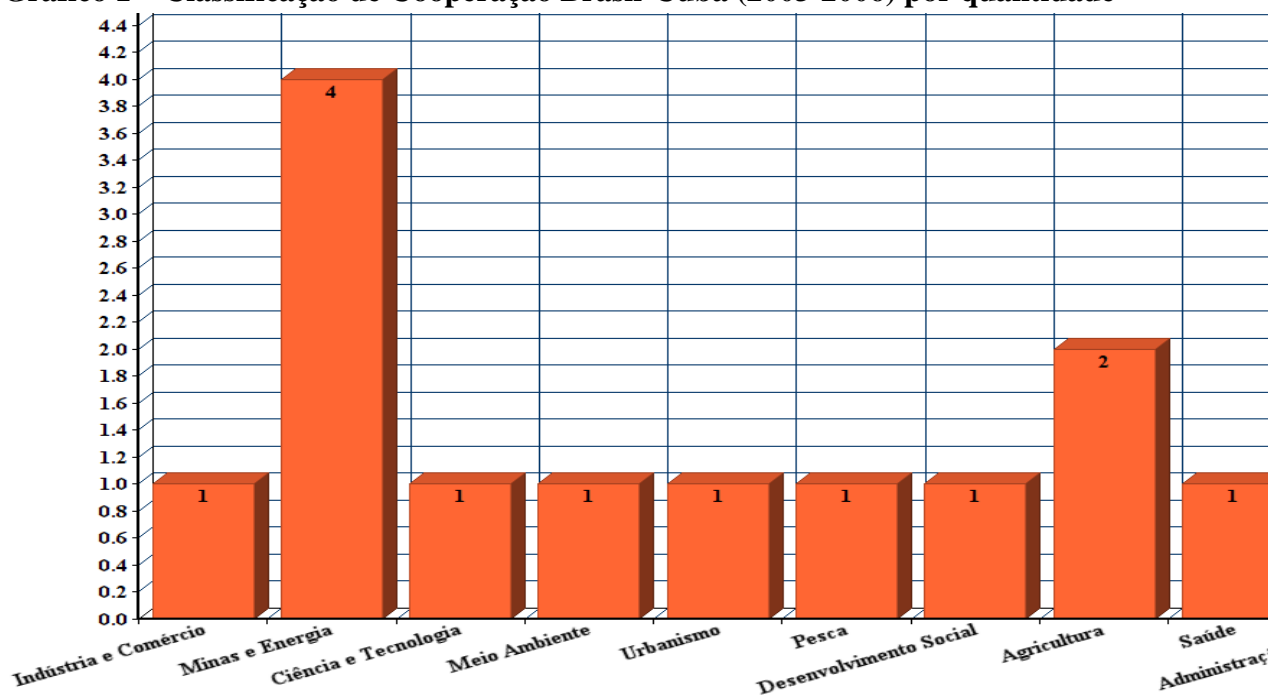
Capacitação Técnica em Aqüicultura	01/10/2005
Projeto Intercâmbio Técnico e Industrial na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas	05/12/2005
Projeto "Diplomado em Banca Comercial - FASE III	07/12/2005
Instalação de Telecentros Comunitários e Capacitação em Software Livre	01/09/2006
Missão de especialistas brasileiros para elaboração de projetos de cooperação técnica com Cuba	01/10/2006
Projeto de Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba - Fase 1	27/10/2006
Utilización de la Geoestadística para la Clasificación de Recursos y Reservas Minerales en Cuba	27/10/2006
Capacitación para el Uso de Tecnologia SIG en el Análisis y Edición de Cartografía Geológica Digital en Cuba	27/10/2006
Apoio técnico ao Programa de Qualidade e Produtividade Sistêmica de Cuba	26/11/2006

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Quadro 1 apresenta projetos em todos os anos do primeiro mandato de Lula, totalizando dezoito projetos no total.

A seguir será apresentado em um gráfico os projetos divididos por segmento segundo a Agência Brasileira de Cooperação, tal divisão torna-se importante para a análise das áreas nos quais os países apresentaram maior relação durante os períodos pesquisados.

Gráfico 1 – Classificação de Cooperação Brasil-Cuba (2003-2006) por quantidade

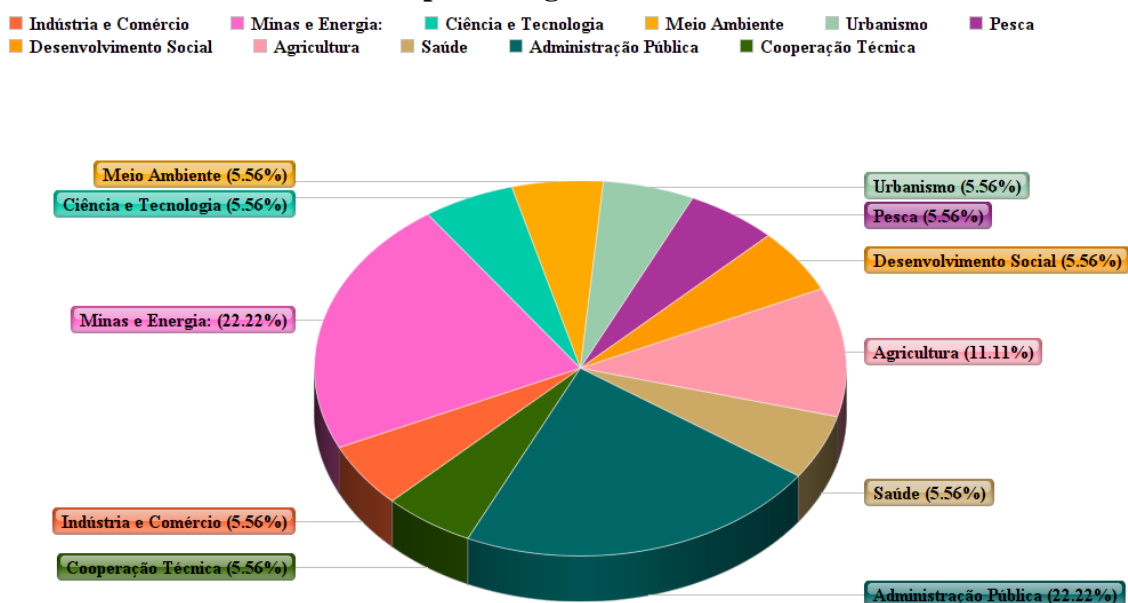


Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 1 apresenta 11 áreas diferentes de cooperação demonstrando um equilíbrio de cooperação nos setores de atividade com mais projetos em Minas e Energia onde tem como

destaque o sub setor de Geologia com projetos que visam fortalecer a atividade mineira em Cuba e na área da Administração Pública, um setor amplo que teve projetos em sub setores como governança e principalmente sistema financeiro com seminários para capacitação de especialistas do Banco Central de Cuba.

Gráfico 2 – Classificação de Cooperação Brasil-Cuba (2003-2006) em porcentagem



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

Acima o Gráfico 2 expõe a porcentagem dessas ações no período de 2003 a 2006 mostrando o equilíbrio presente.

Abaixo a tabela com os números de exportações, importações das relações comerciais de Brasil e Cuba no período do primeiro mandato de Lula.

Tabela 3 - Balança Comercial Brasil-Cuba de 2003 a 2006

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2003	US\$ 69.408.887	US\$ 21.682.288	US\$ 47.726.599	US\$ 91.091.175
2004	US\$ 130.851.863	US\$ 44.929.531	US\$ 85.922.332	US\$ 175.781.394
2005	US\$ 245.861.930	US\$ 38.134.561	US\$ 207.727.369	US\$ 283.996.491
2006	US\$ 343.563.712	US\$ 31.160.675	US\$ 312.403.037	US\$ 374.724.387

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 3 demonstra um crescimento constante ano após ano de exportações, do balanço positivo ao retratar o saldo e do volume total. O número de volume total do ano de

2006, 374 milhões se aproxima do volume total somado dos quatro anos do mandato de FHC com 402 milhões.

B. Segundo Mandato

Lula realizou encontros oficiais com representantes do Governo de Cuba em três dos quatro anos do período de seu segundo mandato com base nas informações da biblioteca presidência⁶. Em 2007 se encontrou com o vice-presidente de Cuba na XVII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizado em Santiago no Chile. Em 2008 realizou duas viagens à Cuba, a primeira em janeiro com cerimônia de assinatura de atos e visitas ao Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia e à Escola Latino Americana de Medicina (ELAM). Lula retornou em novembro para reunião com Raul Castro já presidente, para assinatura de contrato de concessão do Bloco Exploratório 37 entre a Petrobras e a Cupe (Cubapetroleo).

No segundo mandato de Lula as relações bilaterais com Cuba aumentaram consideravelmente tendo suas ações de cooperação mais que o dobro que no primeiro mandato, totalizando 39 ações contra 18 do primeiro. Abaixo o Quadro com todos os projetos.

Quadro 2 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e Cuba iniciados entre 2007 a 2011

Acordo de Cooperação	Início
Cooperação Técnica para o Melhoramento de Biotérios no Brasil e em Cuba	22/05/2007
Aplicación de modelos Económicos - FASE II	01/07/2007
Proyecto "Diplomado en Banca Comercial - Fase IV"	13/07/2007
Fortalecimento institucional do Centro de Qualidade do Ministério da Indústria sidero mecânica de Cuba, em coordenação com o Inmetro-Brasil.	01/08/2007
Estudio de la degradacion ambiental de la Minería en la Region de Santa Lucia en el occidente de Cuba	27/10/2007
Controle de Qualidade de Produtos de Risco Submetidos à Vigilância Sanitária	13/12/2007
Transferência de metodologia para a combinação de resistências aos	13/12/2007

⁶ Para maiores informações ver: “<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>”. (Acesso em: 17 de outubro de 2018)

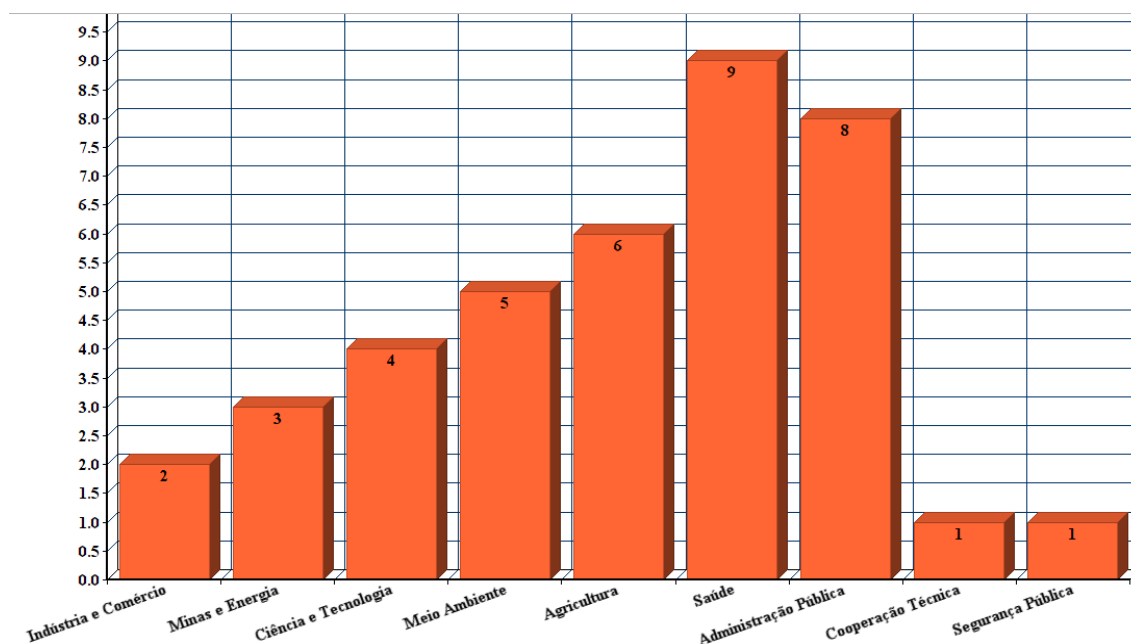
isolados de Begomovírus, Tospovírus e nematóides em genótipos de tomate com qualidade agrônômica desejável	
Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em Cuba	11/02/2008
Diagnóstico das condições agro-ambientais de Cuba com vistas à introdução do cultivo de soja	20/03/2008
Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na Área de Vigilância Sanitária de Medicamentos	31/03/2008
Participação de Técnicos Cubanos no "Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI	01/07/2008
Assistência técnica para a produção de soja em Cuba	10/07/2008
Transferência de Técnicas Avançadas para Determinação de Metais Pesados em Solos, Fertilizantes, Compostos Orgânicos e Plantas Hortícolas de Cuba - Controle de Qualidade	11/08/2008
VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba	02/09/2008
Proyecto de Soporte Técnico y Extención Institucional del Sistema de Información de Aguas Subterráneas - SIAGAS - Cuba	18/09/2008
Projeto "Diplomado em Banco Comercial - Fase V"	26/09/2008
Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da SideroMecânica - SIME de Cuba	26/09/2008
Apoio Técnico para Recomposição do Sistema Elétrico Cubano	07/08/2009
Capacitação sobre a utilização de derivados de crédito como instrumentos financeiros de controle de risco creditício	08/10/2009
Missão de técnicos cubanos ao Brasil para conhecer a estrutura de funcionamento do banco de dados geológicos da CPRM	13/10/2009
Missão de Representantes do Governo Cubano ao Brasil com vistas à realização da IX Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica	11/11/2009
Capacitação sobre a Utilização de Derivados de Crédito como Instrumentos Financeiros de Controle de Risco Creditício	08/02/2010
Visita técnica de especialista cubano para conhecer projetos brasileiros na área de nanotecnologia	14/05/2010
Participação de representantes brasileiros na X Reunião do GT de Cooperação Brasil-Cuba	21/05/2010
Limites permissíveis de metais pesados na agricultura cubana - Transferência e adequação da experiência de elaboração da legislação brasileira	04/06/2010
Transferência de técnicas avançadas para beneficiamento de sementes e avaliação de substratos orgânicos utilizados na produção de mudas de flores e plantas ornamentais de Cuba	04/06/2010
Assistência técnica para a produção de soja e milho em Cuba - Fase II	04/06/2010

Apoio a Declaração do Patrimônio Geológico e Mineiro da República de Cuba	04/06/2010
Organização e Conservação de Mostras e Materiais Documentais Relacionados com as Investigações Geológicas: Litoteca em Cuba	04/06/2010
Desenvolvimento de capacidades técnicas em controle biológico de pragas agrícolas entre Brasil e Cuba	04/06/2010
Transferência de metodologias para o controle genético de <i>Ralstonia solanacearum</i> , <i>Begomovirus</i> , <i>Tospovirus</i> , <i>Potyvirus</i> e <i>Phytophthora capsici</i> no tomate e no pimentão	04/06/2010
Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica (SIME) de Cuba	21/06/2010
Fortalecimento institucional do CECMED e da ANVISA na área de vigilância sanitária	21/06/2010
Capacitação Técnica para Repressão à Criminalidade	18/08/2010
Capacitação de Técnicos Cubanos sobre Métodos de Acreditação de Laboratórios Clínicos	28/09/2010
Capacitação de Técnicos Cubanos sobre Métodos de Acreditação de Laboratórios Clínicos	29/09/2010
Fortalecimento Institucional dos Laboratórios Nacionais de Vigilância Sanitária do Brasil e de Cuba	04/10/2010
Visita de especialistas brasileiros a Cuba para discussão de projetos de cooperação técnica na área de apoio ao empreendedorismo	26/10/2010
Missão de técnicos brasileiros a Cuba para transferência de conhecimentos sobre o banco de dados geológicos da CPRM	22/11/2010

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

Acima, no Quadro 2, constam os projetos em todos os anos do segundo mandato de Lula.

A seguir, consta o gráfico com os projetos divididos por setor de atividade conforme divisão da Agência Brasileira de Cooperação.

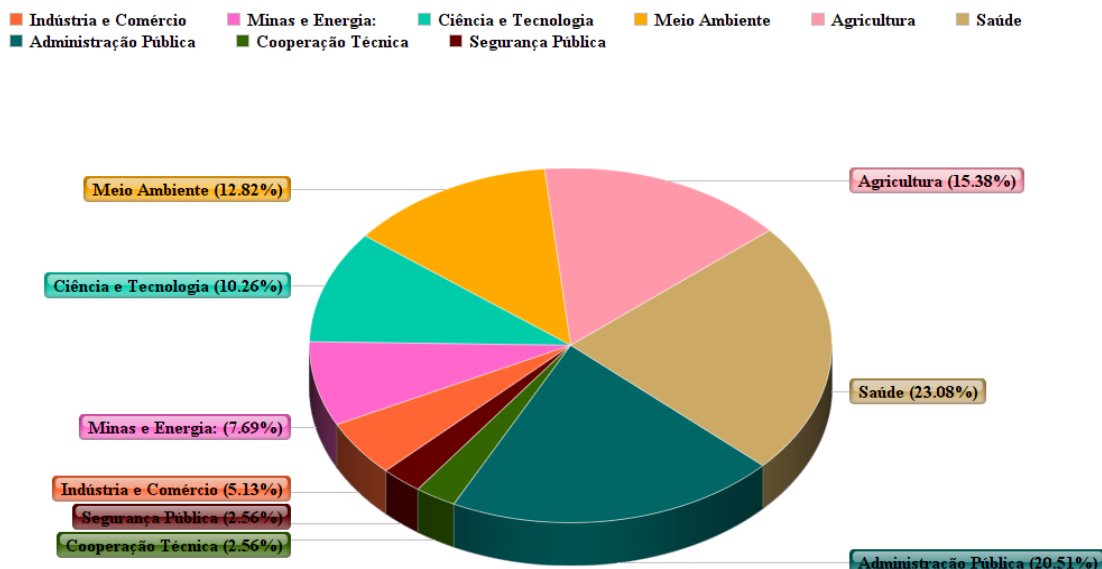
Gráfico 3 – Classificação de Cooperação Brasil-Cuba (2003-2006) por quantidade

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O gráfico 3 mostra que os 39 projetos foram divididos em nove setores de atividade, apresentando uma diminuição do primeiro mandato em setores, apesar do grande aumento de projetos. O setor com mais projetos acordados foi o da saúde onde Cuba é uma referência mundial. Projetos com sub setores de diversas como odontologia, prevenção de doenças, vigilância sanitária e nutrição como no projeto de leite materno que teve como objetivo apoiar o aleitamento materno e propiciar um intercâmbio de conhecimento e transferência de tecnologia.

Já o gráfico a seguir demonstra em porcentagem os setores com mais projetos, demonstrando uma predominância nos setores de Saúde, Administração Pública, Agricultura e Meio Ambiente.

Gráfico 4 – Classificação de Cooperação Brasil-Cuba (2003-2006) em porcentagem



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

No Gráfico 4 ficam expostas as áreas em que ocorreram mais projetos, destacando a área da saúde.

Abaixo as exportações, importações, saldo e volume total de Brasil com Cuba no período do segundo mandato de Lula.

Tabela 4 - Balança Comercial Brasil-Cuba de 2007 a 2010

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2007	US\$ 323.409.839	US\$ 88.388.346	US\$ 235.021.493	US\$ 411.798.185
2008	US\$ 526.654.779	US\$ 45.364.051	US\$ 481.290.728	US\$ 572.018.830
2009	US\$ 277.049.839	US\$ 53.386.714	US\$ 223.663.125	US\$ 330.436.553
2010	US\$ 414.078.270	US\$ 73.417.244	US\$ 340.661.026	US\$ 487.495.514

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 4 demonstra uma instabilidade nas exportações com uma queda considerável no ano de 2009 tendo as importações aumentado nesse mesmo ano fazendo com que o balanço, apesar de positivo, apresentasse desempenho menor que nos anos anteriores, incluindo o último ano do primeiro mandato de Lula. O ano de 2008 foi o maior em termos de exportação, saldo positivo e volume total nos mandatos de Lula.

3.2 HAITI

Em 1804 o Haiti tornou-se o primeiro Estado independente da América Latina, no entanto, nesses dois séculos como Estado independente, o país sempre conviveu com momentos de instabilidade e tensão com disputas políticas violentas, governos autoritários e catástrofes naturais constantes que assolam o país a cada ano.

Ocupando o terço ocidental da Ilha de São Domingo (ou Ilha Hispaniola), localizado no mar do Caribe a sudeste de Cuba. O Haiti foi a mais próspera colônia francesa na América durante o Século XVIII, graças à exportação de açúcar, cacau e café.

O açúcar, então, já se propagara a outras ilhas, chegando ao arquipélago de Sotavento, à Jamaica e, em terras continentais, às Guianas. No início do século XVIII, na Jamaica, os escravos eram dez vezes mais numerosos do que os colonos brancos. Também seu solo cansou em pouco tempo. Na segunda metade do século, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras costeiras do Haiti, colônia francesa que então se chamava Saint Domingue. Ao norte e no oeste, o Haiti se transformou num desaguadouro de escravos: o açúcar exigia cada vez mais braços. Em 1786, chegaram à colônia 27 mil escravos, e no ano seguinte 40 mil. (GALEANO, 1972, p. 80).

Em mais dois séculos de independência o Haiti teve 46 governantes, desse número apenas dois presidentes conseguiram exercer todo seu mandato, sendo que apenas um entregou voluntariamente o poder. Suicídio, mortes, destituições e renúncias são alguns dos fatos ocorridos dessa totalidade.

Durante duas décadas, entre 1915 e 1934, os EUA colocaram tropas no Haiti com o argumento de proteger os interesses norte-americanos no país. Após diversas derrubadas governamentais, François Duvalier foi eleito presidente em 1957.

Entre 1915 e 1934, tropas dos Estados Unidos da América (EUA) ocuparam o Haiti com o argumento de proteger os interesses norte-americanos no país. Após a derrubada de mais duas administrações governamentais, entre 1934 e 1956, o médico François Duvalier foi eleito presidente em 1957. *Papa Doc*, como era conhecido, iniciou uma ditadura, deixando o

poder apenas em 1971, sendo substituído por seu filho, *Baby Doc*, que ficaria por quinze anos, até a revolta popular, obrigando a fugir com a família para a França.

As décadas seguintes permaneceram conflitantes, com direito a intervenção norte-americana em 1994, com a entrada de 20 mil soldados com o objetivo de repossar Aristide, presidente deposto em 1991. Aristide que voltaria a exercer o poder em 2001 viu crescer no país forças rebeldes que tomariam o controle de diversas cidades.

Em 29 de fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) criou uma Força Interina Multinacional (FIM) denominada MINUSTAH, que tinha como objetivo principal garantir as condições de segurança para o prosseguimento do processo político e constitucional. Auxiliando o governo provisório do Haiti na reforma da Polícia Nacional, e apoiando programas de desarmamento, desmobilização e reintegração de rebeldes armados. O Brasil teria posição de destaque nessa operação.

Em termos econômicos e sociais, o Haiti representa o Estado com maior dificuldade de desenvolvimento da América Latina, obtendo ajuda da ONU desde 1993. 80% da população está abaixo da linha de pobreza, mais de metade da população vive com menos de US\$ 1 por dia.

3.2.1 GOVERNO FHC

A. Primeiro Mandato

Não há viagens presidenciais ou reuniões entre oficiais dos dois países no período. Não há projeto de cooperação na lista emitida pela Agência Brasileira de Cooperação. Abaixo o quadro com a balança comercial entre os dois países nos anos de 1997 e 1998, demonstrando um número pequeno de importações e volume total. Em 1997 o volume total é inferior em mais de 60 milhões de dólares comparado com as relações comerciais com Cuba.

Tabela 5 - Balança Comercial Brasil-Haiti de 1997-1998

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1997	US\$ 9.600.317	US\$ 107.987	US\$ 9.492.330	US\$ 9.708.304
1998	US\$ 8.288.525	US\$ 89.957	US\$ 8.198.568	US\$ 8.378.482

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A tabela anterior mostra uma leve queda de volume, exportação e importação em 1998. Todas as áreas apresentam números mais baixos que os demais países pesquisados no mesmo período.

B. Segundo Mandato

Não houve relações de cooperação entre os dois países período de 1999 a 2002. No quadro abaixo é possível perceber uma diminuição de importações de produtos haitianos. As exportações cresceram, principalmente a partir de 2000 fazendo que o saldo fosse de crescimento positivo em cada ano.

Tabela 6 - Balança Comercial Brasil-Haiti de 1999 a 2002

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1999	US\$ 9.118.286	US\$ 23.505	US\$ 9.094.781	US\$ 9.141.791
2000	US\$ 17.255.615	US\$ 46.262	US\$ 17.209.353	US\$ 17.301.877
2001	US\$ 23.356.722	US\$ 8.191	US\$ 23.348.531	US\$ 23.364.913
2002	US\$ 23.746.378	US\$ 54.621	US\$ 23.691.757	US\$ 23.800.999

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A tabela acima demonstra o menor valor de importação entre os países citados com cerca de oito mil dólares de importação haitiana para o Brasil em 2001.

3.2.2 GOVERNO LULA

A. Primeiro Mandato

O ex-presidente Lula em seu primeiro mandato teve o Haiti como um personagem marcante em sua política externa. No ano de 2004 foi lançada a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) pela ONU que visava a restabelecer a segurança e normalidade institucional do país após um período de turbulência política que gerou ondas de violência e um exílio forçado do então presidente, Jean Bertrand Aristide. O Brasil assumiu de forma inédita a posição de líder, comandando o componente militar durante toda a missão que durou de 2004 a 2017. Tal liderança foi buscada com o objetivo de aumentar o prestígio

internacional, aumentando a projeção de poder econômico e político do país para pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, garantindo ao Brasil um peso maior de influência para América Latina e a participação nos assuntos militares e econômicos internacionais (BRACEY, 2011).

No período do primeiro mandato, Lula realizou apenas um encontro oficial ao viajar para Porto Príncipe em 2004 um evento que constava o “Jogo da Paz”, evento futebolístico entre as seleções dos dois países. Em lista enviada pela Agência Brasileira de Cooperação foram realizados 16 projetos no período. Abaixo o quadro com a lista dos projetos.

Quadro 3 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e Haiti iniciados entre 2003 a 2006

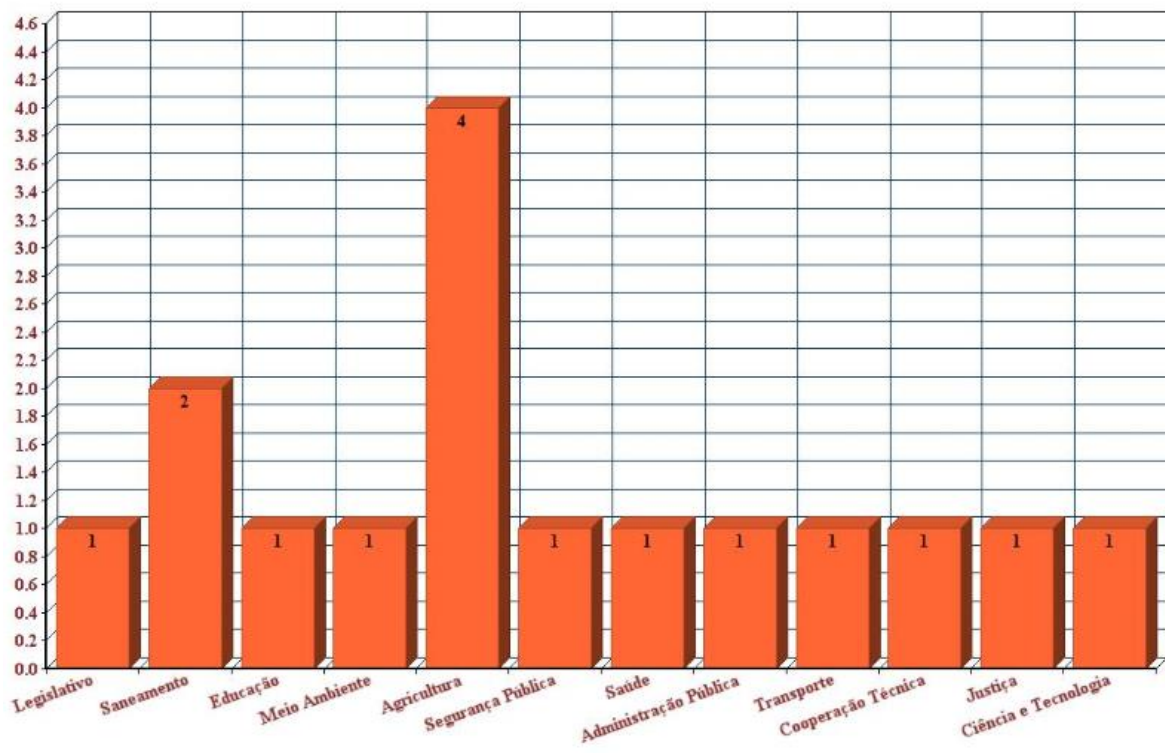
Acordo de Cooperação	Início
Fortalecimento Institucional no Haiti	15/10/2004
Missão de Prospecção ao Haiti na Área de Infraestrutura Aeropourtuária	04/12/2004
Transferência de tecnologias em sistema de produção e processamento do caju para o Haiti	01/01/2005
Desenvolvimento da cultura da mandioca	01/01/2005
Implementação da participação do Brasil no âmbito do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a execução do projeto "SOLID WASTE MANAGMENT STRATEGY.	01/02/2005
Implementação da participação do Brasil no âmbito do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a execução do projeto "HAITI BUILDING INSTITUTIONAL CAPACITY AND STRENGTHENING PROVISION OF SCHOOL FEEDING PROGRAM	01/02/2005
Proposta de Cooperação Técnica junto ao Governo do Haiti para Reestruturação dos Serviços de Imunização	19/07/2005
Apoio ao Instituto Nacional de Formação Profissional do Haiti: Formulação de Projeto para o Centro de Formação Profissional de Jacmel	23/07/2005
Desenvolvimento agro-industrial sucro-alcooleiro do Departamento do Norte (Cap Haïtien) do Haiti	03/09/2005
Observação do processo eleitoral haitiano com vistas a identificar áreas de cooperação técnica brasileira em matéria eleitoral	01/12/2005
Reciclagem Operacional para Bombeiros em Contra-Incêndio e Salvamento em Aeródromos	15/01/2006
Missão de prospecção de técnicos brasileiros da Embrapa Hortaliças (Brasília-DF) e da Embrapa Semi-Árido (Petrolina - PE) ao Haiti com vistas a eleborar projeto de cooperação técnica	20/07/2006
Capacitação de técnicos haitianos em construção de cisternas na Embrapa Semi-Árido (Petrolina-PE)	09/08/2006
Missão de prospecção e capacitação de técnicos haitianos à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental	10/08/2006
Capacitação em Software Livre e Instalação de Telecentro Comunitário	19/09/2006
Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti	27/09/2006

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Quadro acima demonstra que as relações com Haiti se aprofundaram a partir do final de 2004.

Abaixo o gráfico com os projetos divididos por setor de atividade conforme divisão da Agência Brasileira de Cooperação.

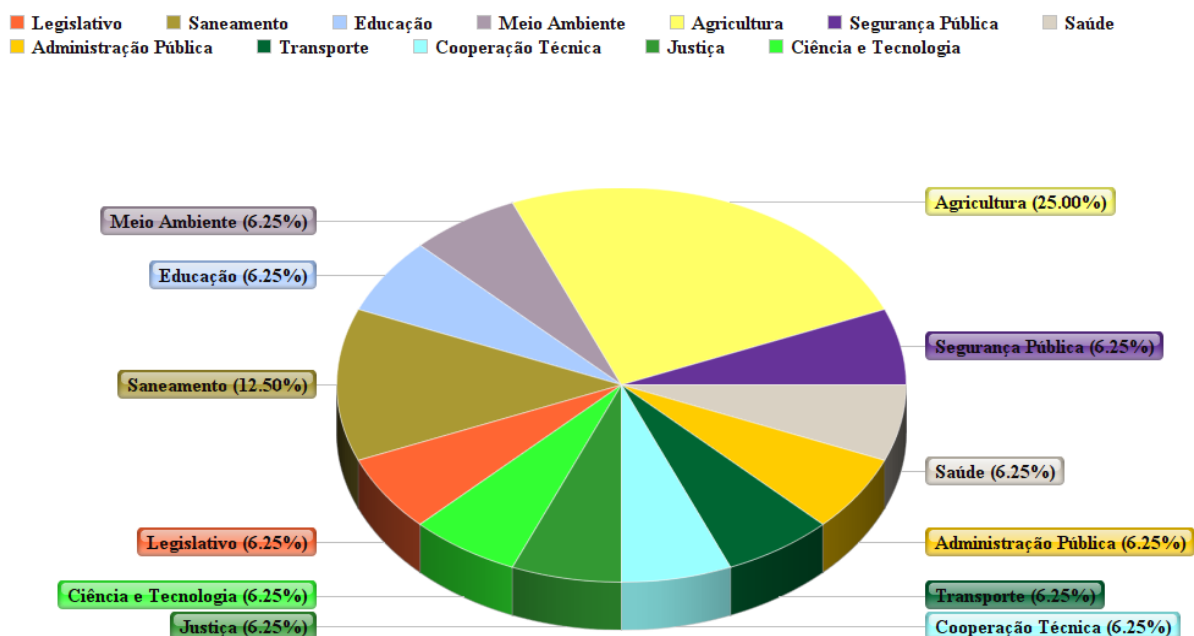
Gráfico 5 – Classificação de Cooperação Brasil-Haiti (2003-2006) por quantidade



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 5 mostra que foram 12 áreas diferentes contempladas com projetos no período do primeiro mandato de Lula, com destaque para Agronomia que obteve 25% dos projetos feitos como o gráfico abaixo demonstra.

Gráfico 6 – Classificação de Cooperação Brasil-Haiti (2003-2006) em porcentagem



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 6 que a área de Agronomia obteve um quarto dos projetos desse período. Projetos de desenvolvimento sustentável como de Caju e Mandioca foram um dos projetos realizados. Seus objetivos eram desenvolver ações de transferência de tecnologia.

Na Tabela abaixo os registros comerciais entre os dois países no primeiro mandato de Lula.

Tabela 7 - Balança Comercial Brasil-Haiti de 2003 a 2006

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2003	US\$ 31.583.332	US\$ 155.889	US\$ 31.427.433	US\$ 31.793.221
2004	US\$ 25.280.403	US\$ 175.081	US\$ 25.105.322	US\$ 25.455.484
2005	US\$ 45.958.671	US\$ 178.779	US\$ 45.779.892	US\$ 46.137.450
2006	US\$ 66.503.519	US\$ 293.543	US\$ 66.209.976	US\$ 66.797.062

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 7 mostra um avanço significativo em exportação, saldo e volume total no ano de 2006, estabelecendo números em que os quatros anos do último mandato de FHC conseguiram somado todos os anos. A importação manteve-se estável nos três primeiros anos, tendo também em 2006 o avanço maior.

B. Segundo Mandato

O segundo mandato do ex-presidente Lula representou um avanço enorme nas relações entre Brasil e Haiti. Segundo dados disponibilizados pela Agência Brasileira de Cooperação, no período de 2007 a 2010, 78 projetos de ações de cooperação foram realizados, ou seja, 62 projetos a mais que no primeiro mandato. Abaixo o quadro com a listagem completa organizados pela data de início.

Quadro 4 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e Haiti iniciados entre 2007 a 2011

Acordo de Cooperação	Início
Proposta de Cooperação Técnica junto ao Governo do Haiti para a Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou	10/04/2007
Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações	27/04/2007
Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou	27/04/2007
Avaliação da atual situação epidemiológica do Haiti e elaborar Plano de Trabalho conjunto - Governo Haitiano e ACDI/Canadense - para desenvolvimento subprojeto de cooperação técnica trilateral na área de imunizações	20/07/2007
Missão de Prospecção para Elaboração de Proposta de Cooperação Técnica para o Incremento da Produção de Hortaliças na Região Kenscoff, Haiti	01/08/2007
Implementação da participação do Brasil no âmbito do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Mundial para a execução do Projeto " HAITI BUILDING INSTITUTIONAL CAPACITY AND STRENGTHENING PROVISION OF SCHOOL FEEDING PROGRAM	27/09/2007
Missão para elaboração de propostas de cooperação técnica na área de educação em benefício do Haiti	19/04/2008
Missão de prospecção para elaboração de projeto de cooperação técnica na área de educação profissional em benefício do Haiti	05/05/2008
Missão de representantes do Conselho Eleitoral Provisório haitiano ao Tribunal Superior Eleitoral do Brasil	19/06/2008
Promoção da sustentabilidade da produção de hortaliças na região de Kenscoff	01/07/2008
Missão de especialistas brasileiros para elaboração do Programa de Cooperação Técnica 2008-2010 em benefício do Haiti nas áreas de segurança alimentar e agricultura	03/07/2008
Missão de prospecção para estudo de viabilidade de construção de barragens no Haiti	15/07/2008
Missão de especialistas haitianos para finalização do Programa de Cooperação Técnica 2008-2010 nas áreas de segurança alimentar e de agricultura	18/08/2008
Reunião Técnica de Coordenação da presença do Brasil no Haiti	28/10/2008
Missão de Prospecção para elaboração de projeto de revitalização da Fazenda Fond des Nègres no Haiti	31/10/2008
Participação de representantes haitianos no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	14/11/2008
Missão de prospecção para levantamento de dados e análise mercadológica da economia agrícola, no Haiti.	17/11/2008
Missão técnica para levantamento de propostas para operacionalizar a cooperação técnica no Haiti nas áreas de agricultura e segurança alimentar	18/11/2008

Seminário Internacional sobre a participação brasileira e canadense na Cooperação Técnica prestada ao Haiti	03/12/2008
Missão de prospecção de projeto sobre sistemas de Captação de água de chuva para consumo humano e irrigação no Haiti	15/01/2009
Missão de prospecção de projetos nas áreas de aquisição e distribuição de alimentos e fortalecimento da agricultura familiar no Haiti	20/01/2009
Missão de Prospecção de projeto para implementação de um centro de formação profissional no Haiti	26/01/2009
Missão de Prospecção de projeto na área de ações de Desenvolvimento Comunitário no Haiti	10/02/2009
Missão de Prospecção de projeto para implementação de um Restaurante-Escola no Haiti	10/02/2009
Missão de negociação do Projeto de Revitalização da Fazenda de Fond-des-Nègres – Haiti	10/02/2009
Participação de especialista haitiano na Reunião de representantes do Conselho Agropecuário Centro-Americano para discussão de projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e segurança alimentar	02/03/2009
Aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mandioca no Haiti	02/03/2009
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Milho no Haiti	02/03/2009
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Feijão no Haiti	02/03/2009
Aperfeiçoamento dos Sistemas de Produção de Arroz no Haiti	02/03/2009
Missão para definição de mecanismos de operacionalização entre ABC e IICA para início da execução do projeto de revitalização da Fazenda de Fond-des-Nègres	01/04/2009
Missão para Reunião sobre o Projeto Cotton-4 e início das atividades do Projeto de Revitalização da Fazenda de Fond-de-Nègres	01/04/2009
Criação de Unidade de Demonstração e de Validação de Tecnologia Agrícola na Fazenda do Ministério da Agricultura, dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Rural(MARNDR), em Fond-des-Nègres, Departamento de Nippes	10/04/2009
Apoio técnico ao Programa Nacional de Cantinas Escolares (PNCS) do Haiti	14/04/2009
Capacitação de Recursos Humanos do Ministério de Indústria e Comércio do Haiti em Calibração de Equipamentos de Massas e Volumes	07/05/2009
Missão de acompanhamento do Projeto de Revitalização da Fazenda de Fond-des-Nègres - Haiti	15/05/2009
Missão do Diretor-Geral do Ministério da Agricultura do Haiti e de representante do IICA ao Brasil para fortalecimento da cooperação nas áreas de tecnologia agrícola, extensão rural e segurança alimentar	26/05/2009
Missão para capacitação de técnicos haitianos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em temas de manejo agroflorestal	01/06/2009
Missão de Prospecção para implementação da segunda fase do Projeto de Transferência de Tecnologias de Produção e Processamento de Castanha de caju no Haiti	04/06/2009
Missão de especialistas da UESC para finalizar a elaboração de projeto de cooperação técnica na área de análise mercadológica da economia agrícola do Haiti.	17/06/2009
Missão de representantes do Ministério da Educação e Formação Profissional do Haiti para fortalecimento da cooperação técnica na área de Formação Técnico - Profissional.	18/06/2009
Missão de especialistas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para elaboração de proposta de projeto de cooperação técnica para implantação de redes de banco de leite humano no Haiti	25/06/2009
Missão: reunião preparatória para organizar seminário de cooperação internacional Haiti-Brasil. "Cooperação, Participação Social e Fortalecimento Institucional", no Haiti.	08/09/2009
"Missão de especialista em gestão pública e orçamento participativo para elaboração de proposta de projeto de cooperação técnica na área de Direitos Humanos."	15/09/2009
Missão técnica para instalação de refrigeradores movidos a energia solar em apoio ao Projeto de Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunização no Haiti	21/09/2009
Formação de Multiplicadores de Técnicas de Abordagem Policial	29/09/2009

Missão de Prospecção na área de segurança pública	15/10/2009
Missão de Avaliação e Prospecção de Projetos no Haiti - Novembro 2009	02/11/2009
"Participação na Conferência sobre Agricultura do Educational Concerns For Hunger Organization (ECHO)."	13/11/2009
Participação de especialistas brasileiros no debate sobre a experiência da Pastoral da Criança	08/12/2009
Visita técnica de funcionário da prefeitura de Salvador para elaboração de Projetos de Cooperação Brasil-Haiti	27/01/2010
Programa de Cooperação Brasil-Haiti Pós-Terremoto. Identificação de condições IN LOCO para retomada da Cooperação e detalhamento de novas demandas nas áreas de Agricultura, Educação/Formação Profissional, Saúde e Inclusão Social	22/02/2010
Programa de cooperação Brasil-Haiti pós-terremoto. Identificação de condições IN LOCO para retomada da cooperação e detalhamento de novas demandas nas áreas tecnológicas de construção de baixo custo, saneamento, fortalecimento instituci	15/03/2010
Aquisição de imagem orbital para viabilizar a elaboração da proposta de segunda fase do projeto "Manejo e reconstituição da cobertura vegetal da Bacia do Mapou, Haiti" e do Plano de proteção e restauração da Floresta de Pinus	16/04/2010
Apoio às Iniciativas de Proteção da Criança no Haiti	13/05/2010
I Seminário de avaliação das ações de cooperação técnica voltadas ao desenvolvimento da agricultura e da segurança alimentar e nutricional do Haiti	17/05/2010
Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti	21/05/2010
Participação de técnicos brasileiros na cúpula mundial sobre o futuro do Haiti	24/05/2010
Missão de delegação do Haiti ao Brasil no contexto da "Conferência Internacional Infantil - Juvenil: Vamos Cuidar do Planeta"	24/05/2010
Apoio à participação de representantes do Ministério das Comunicações e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL na mesa redonda sobre reconstrução do setor de telecomunicações do Haiti	10/06/2010
Missão de avaliação e acompanhamento do Projeto de Revitalização da Fazenda de Fond-desNègres – Haiti	15/06/2010
Missão para negociação de projeto na área de inclusão social por meio da prática esportiva	25/06/2010
Missão de técnicos da Polícia Federal para coordenação de atividades de capacitação no Haiti	01/07/2010
Capacitação técnica para formação de instrutores de armamento e tiro	03/07/2010
Programa de cooperação Brasil-Haiti pós-terremoto: Inclusão social de pessoas com deficiência	05/08/2010
Missão institucional para prospecção de projeto de capacitação em matéria de defesa civil	08/08/2010
Missão para negociação de projeto na área de justiça para modernização e integração do registro civil e identificação do Haiti	02/09/2010
Missão de prospecção da Globoaves (kaefer Administração e Participações S.A) para elaboração de projeto na área de produção de aves coloniais em benefício do Haiti e sua população	14/09/2010
Missão para apoio ao Núcleo de Cooperação da Embaixada Brasileira em Porto Príncipe	15/09/2010
Missão de representantes do Instituto Haitiano de Estatística (IHE) ao Brasil para elaboração de proposta de projeto, em parceria com o IBGE, na área de pesquisa populacional das pessoas com deficiência	16/09/2010
Apoio às iniciativas de proteção da criança no Haiti - Pastoral da criança 2º Fase	16/09/2010
"Inclusão Social por Meio da Prática Esportiva em Futebol"	20/09/2010
Capacitação técnica para formação de instrutores de táticas defensivas: defesa pessoal policial	30/09/2010
Missão de técnicos do Sindicato dos Treinadores de Futebol Profissional do RJ ao Haiti para capacitação de técnicos e alunos da Escola Nacional de Talentos Esportivos e estudo de viabilidade para implementação de futuro projeto estrutura	01/10/2010
Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência	05/10/2010
"Apoio à Implantação e Implementação de Banco de Leite Humano no Haiti"	11/10/2010

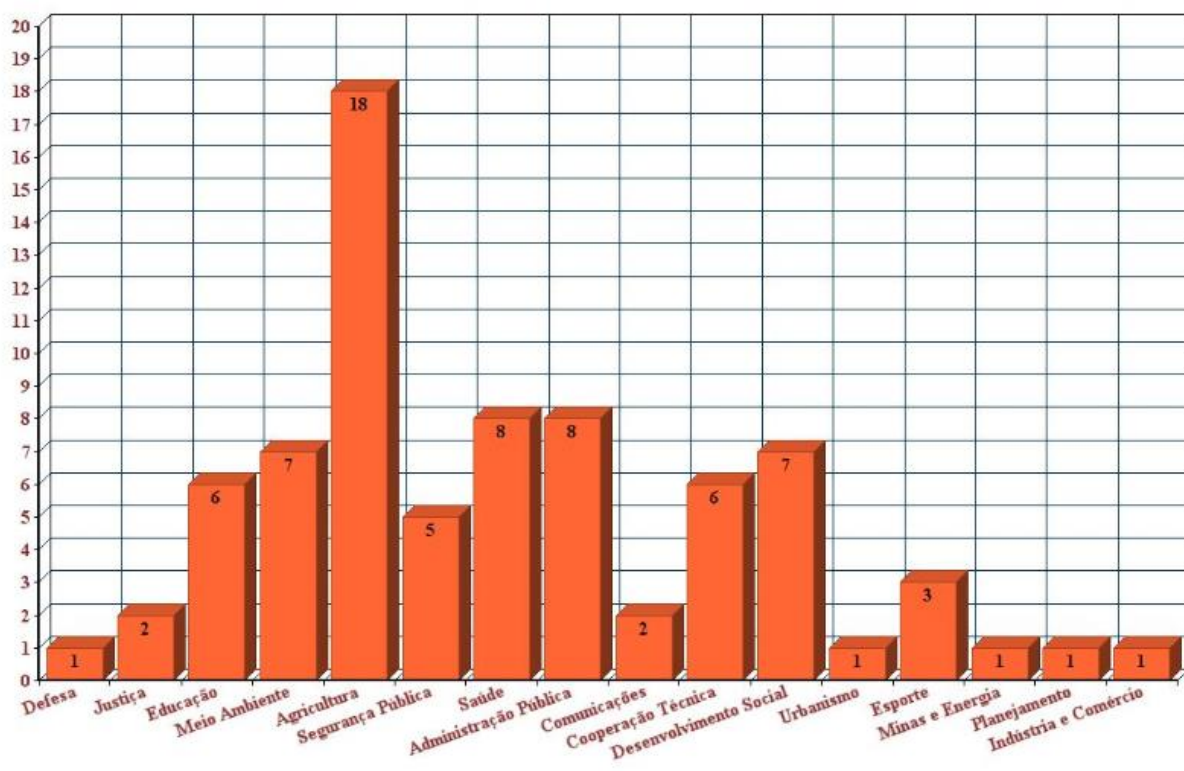
Capacitação de Profissionais de Saúde Haitianos em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera	27/10/2010
Capacitação de Profissionais de Saúde Haitianos em Técnicas de Tratamento e Prevenção do Cólera - Fase II	23/11/2010

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Quadro 4 mostra como a relação entre Brasil e Haiti foi bastante ativa no segundo mandato do Governo Lula.

Abaixo o Gráfico com os projetos divididos por setor de atividade conforme divisão da Agência Brasileira de Cooperação.

Gráfico 7 – Classificação de Cooperação Brasil-Haiti (2007-2010) por quantidade

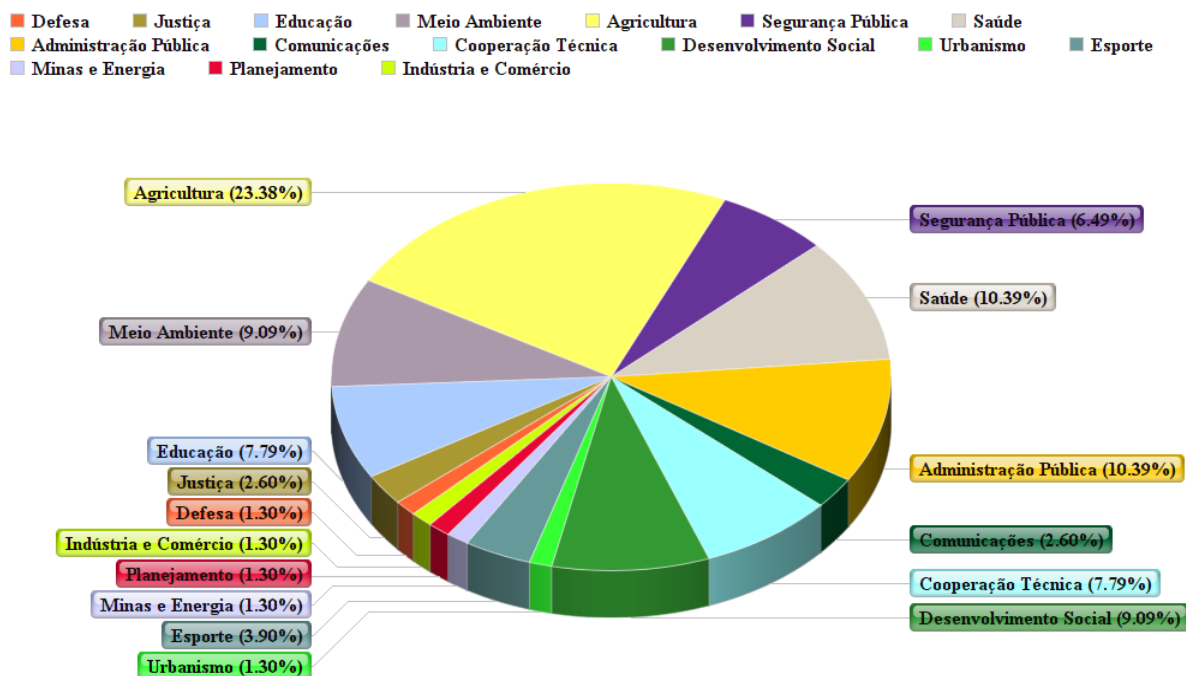


Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 7 mostra 16 áreas contempladas com projetos de cooperação tendo o setor de Agronomia com ampla vantagem com dezoito projetos, seguido depois por Saúde e Administração Pública com oito e meio-ambiente e desenvolvimento social com sete projetos.

A seguir é apresentado o gráfico que organiza os projetos em porcentagem.

Gráfico 8 – Classificação de Cooperação Brasil-Haiti (2007-2010) em porcentagem



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 8 mostra que agricultura seguiu sendo a área com maior ênfase nos projetos de cooperação. Os programas de cooperação técnica 2007-2010 nas áreas de segurança alimentar e agricultura foram recorrentes entre as ações. Em matéria do site Terra⁷ sobre o terremoto que devastou parte do Haiti em 2010, Lula reforçou a importância do estímulo da agricultura familiar haitiana para que ao invés de mandar alimentos do Brasil para o Haiti, comprar alimentos dos pequenos produtores haitianos para que gere renda e emprego no Haiti. O terremoto catastrófico que atingiu o Haiti no início de 2010, também ocasionou no final do ano um início de onda migratória de Haitianos ao Brasil no final do segundo mandato de Lula.

A seguir, consta a tabela dos números comerciais entre os dois países no período do segundo mandato de Lula.

⁷ Para maiores informações disponíveis ver em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lula-quer-estimular-agricultura-no-haiti-em-vez-de-donar-comida,60ca6355ccea310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html> (Acesso em: 18 de outubro de 2018)

Tabela 8 - Balança Comercial Brasil-Haiti de 2007 a 2010

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2007	US\$ 76.115.705	US\$ 337.585	US\$ 75.778.120	US\$ 76.453.290
2008	US\$ 49.589.065	US\$ 1.476.996	US\$ 48.112.069	US\$ 51.066.061
2009	US\$ 33.075.210	US\$ 939.587	US\$ 32.135.623	US\$ 34.014.797
2010	US\$ 54.670.299	US\$ 726.493	US\$ 55.396.792	US\$ 53.943.806

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 8 mostra um avanço de importações a partir de 2008 ocasionando um equilíbrio maior no saldo como no ano seguinte. As exportações assim como o volume total atingiram seu ápice em 2007.

3.3 REPÚBLICA DOMINICANA

Ficando também na Ilha de São Domingos, a República Dominicana conseguiu a independência do Haiti em 1844. Hoje, tanto por área como por população o país é o segundo maior do Caribe, ficando atrás apenas de Cuba.

A separação com Haiti manteve até hoje uma rivalidade entre os vizinhos. Em 1937 sob comando dominicano de Leônidas Trujillo, ocorreu um dos mais intensos massacres da história americana. Foi ordenando a morte de todos os haitianos que habitavam a República Dominicana. Cerca de 30 mil pessoas foram executadas em seis dias, num episódio conhecido como “o corte”. (TAVARES, 2010)

Culturalmente, os dois países se diferem desde o modo de independência. Enquanto o Haiti foi o primeiro país a abolir a escravidão e fundar uma república negra liderada por um ex-escravo, a República Dominicana manteve a tradição europeia. Ainda hoje, muitos dominicanos se consideram culturalmente europeus.

Dentre seu período histórico, um dos fatos mais marcantes tem o Brasil como um dos protagonistas, já que em 1965 o Brasil, já sob regime militar, enviou mais de mil militares para participar junto às tropas norte-americanas da invasão da República Dominicana com o objetivo de impedir mais uma revolução comunista na região, a exemplo da revolução cubana de 1959. O ministro das Relações Exteriores na época, Juracy Magalhães, chegou a afirmar que “o que é bom para os Estados Unidos deve ser bom para o Brasil”. Estima-se em 1,7 mil os civis dominicanos mortos (GLOBO, 2015).

Conforme cita (Villela 2007, p. 104) em sua dissertação sobre a participação brasileira no conflito, cita:

No caso dominicano, a iniciativa do governo brasileiro foi provocada por fatores endógenos e exógenos, sem relação com as ruas de São Domingos, onde já grassava um conflito civil que não afetava significativamente os interesses brasileiros. As influências endógenas tiveram a sua origem na perspectiva dos idealizadores da política externa brasileira, que era a de auferir um número maior de vantagens econômico-militares a partir do apoio fornecido aos Estados Unidos. Já o fator exógeno teve a sua origem em Washington, onde se pretendeu aproveitar o clima receptivo do regime autoritário de Brasília para implementar uma nova política interamericana.

Segundo o Banco Mundial, a República Dominicana apresenta a maior economia da região do Caribe e América Central e detém o mais rápido crescimento das Américas com uma taxa de crescimento médio de 5,4% entre 1992 e 2014. O país está listado entre as 15 principais economias em índice de facilidade de negócios dentro da América Latina. Nos últimos anos com o crescimento dentro do comércio internacional, o país diversificou e cresceu suas exportações. No entanto, apesar de seu forte crescimento econômico, sofre grandes problemas sociais com o aumento de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2016).

3.3.1 GOVERNO FHC

A. Primeiro Mandato

Não houve relações de cooperação entre os dois países no primeiro mandato de FHC. Viagens presidenciais ou reuniões entre chefes de Estado dos dois países também não aconteceram nesse período.

Abaixo consta a Tabela com a balança comercial entre os dois países no período de 1997 a 1998 conforme disponível na base de dados do MDIC.

Tabela 9 - Balança Comercial Brasil-República Dominicana de 1997 a 1998

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1997	US\$ 73.396.811	US\$ 6.108.285	US\$ 79.505.096	US\$ 67.288.526
1998	US\$ 141.388.705	US\$ 4.087.770	US\$ 137.300.935	US\$ 145.476.475

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 9 demonstra uma relação de comércio bilateral muito maior que Cuba e Haiti no mesmo período. Somado as exportações ou volume total dos dois anos de Cuba e Haiti não chegam aos números de 1998.

B. Segundo Mandato

Durante o segundo mandato de FHC, as relações bilaterais em termos cooperativos entre os países se estabeleceram diante do Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD. O projeto que tinha a parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores – MRE. O projeto veio a ser o principal instrumento operacional para a cooperação técnica do Brasil América Latina, Caribe, África e Ásia/Oceania no Governo FHC. A República Dominicana obteve pouco mais de 10% dos gastos totais do projeto segundo o relatório de avaliação do projeto. (Humberto Falcão; Martins Márcio de Paula Fernandes; Maria Luiza Faraone Silveira, 2005)

Há no período duas viagens de FHC para a República Dominicana para participar do encerramento da VI Reunião Plenária do Círculo de Montevideu em São Domingos e em 2002 para participar da XII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Abaixo a tabela com as relações bilaterais comerciais no período.

Tabela 10 - Balança Comercial Brasil - República Dominicana de 1999 a 2002

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
1999	US\$ 137.748.994	US\$ 2.098.407	US\$ 135.650.587	US\$ 139.847.401
2000	US\$ 131.597.651	US\$ 1.836.954	US\$ 129.760.697	US\$ 133.434.605
2001	US\$ 130.891.202	US\$ 1.681.654	US\$ 129.209.548	US\$ 132.572.856
2002	US\$ 208.676.788	US\$ 1.565.760	US\$ 207.111.028	US\$ 210.242.548

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 10 mostra o desequilíbrio na balança, com o saldo extremamente positivo ao Brasil e um crescimento maior no último ano de mandato onde as exportações cresceram consideravelmente e as importações para República Dominicana apresentaram o menor número.

3.3.2 GOVERNO LULA

A) Primeiro Mandato

O primeiro mandato de Lula não representou grandes avanços nas relações entre os dois países. Em 2004, Lula foi à República Dominicana para a posse de Leonel Fernández Reyna. Tal ato representou o único encontro oficial entre os países no período. Em lista enviada pela Agência Brasileira de Cooperação foi registrada oito ações de cooperação no período.

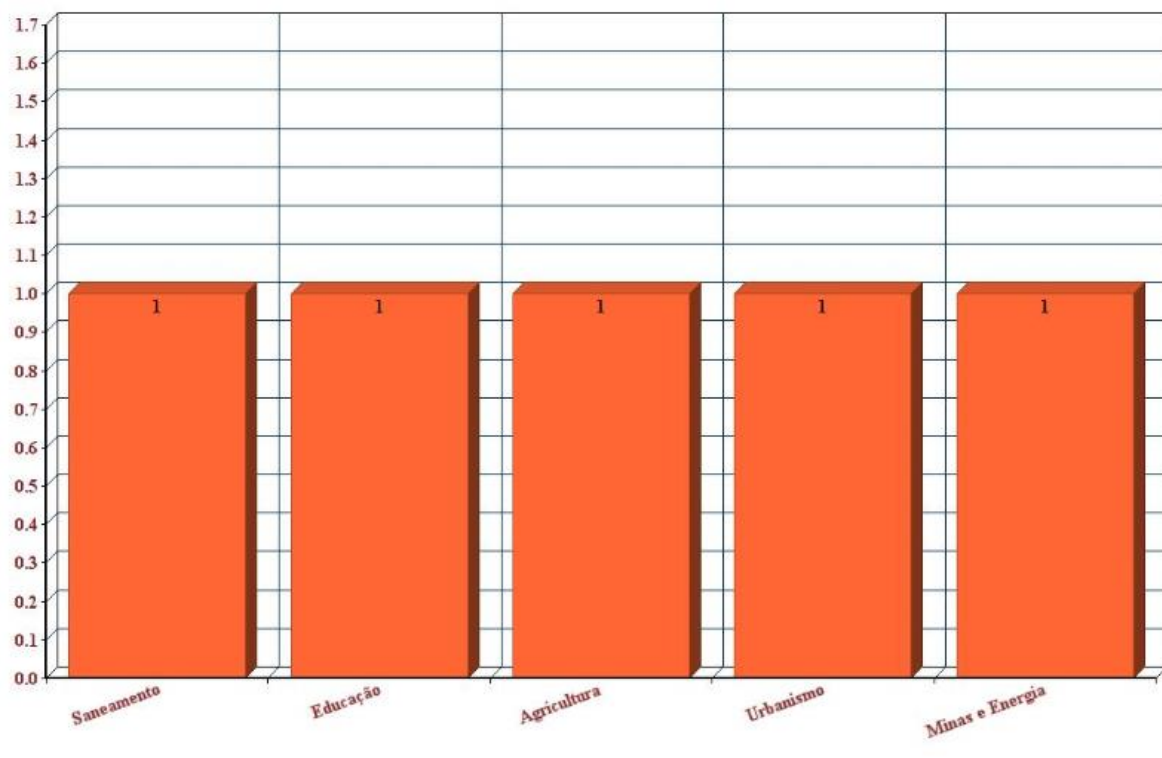
Quadro 5 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e República Dominicana iniciados entre 2003 a 2007

Acordo de Cooperação	Início
Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão	22/05/2006
Capacitação a Produtores Dominicanos de Calçados	21/06/2006
Sistemas de Parques Urbanos	01/11/2006
Manejo de Resíduos Sólidos	01/11/2006
Desenvolvimento do Processo Agroprodutivo da Mamona	20/11/2006

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC.

Acima, no Quadro 5, consta a lista de ações de cooperação entre os dois países no período do primeiro mandato do Governo Lula.

Gráfico 9 – Classificação de Cooperação Brasil - República Dominicana (2003-2007) por quantidade



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

Acima o Gráfico 9 expõe as cinco áreas contempladas com cooperações.

Tabela 11 - Balança Comercial Brasil - República Dominicana de 2003 a 2006

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2003	US\$ 226.325.501	US\$ 1.665.631	US\$ 224.659.870	US\$ 227.991.132
2004	US\$ 267.062.500	US\$ 2.190.462	US\$ 264.872.038	US\$ 269.252.962
2005	US\$ 332.423.364	US\$ 3.399.568	US\$ 329.023.796	US\$ 335.822.932
2006	US\$ 365.758.473	US\$ 4.200.257	US\$ 361.558.216	US\$ 369.958.730

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 11 mostra que as relações comerciais seguiram com forte exportação e baixa importação causando um saldo extremamente desequilibrado e positivo para o Brasil

B) Segundo Mandato

O segundo mandato de Lula há um avanço nas relações bilaterais. Segundo a Agência Brasileira de Cooperação ocorreu 23 projetos durante o período, triplicando o número de projetos do mandato anterior. Abaixo consta o Quadro 6 com a lista dos projetos.

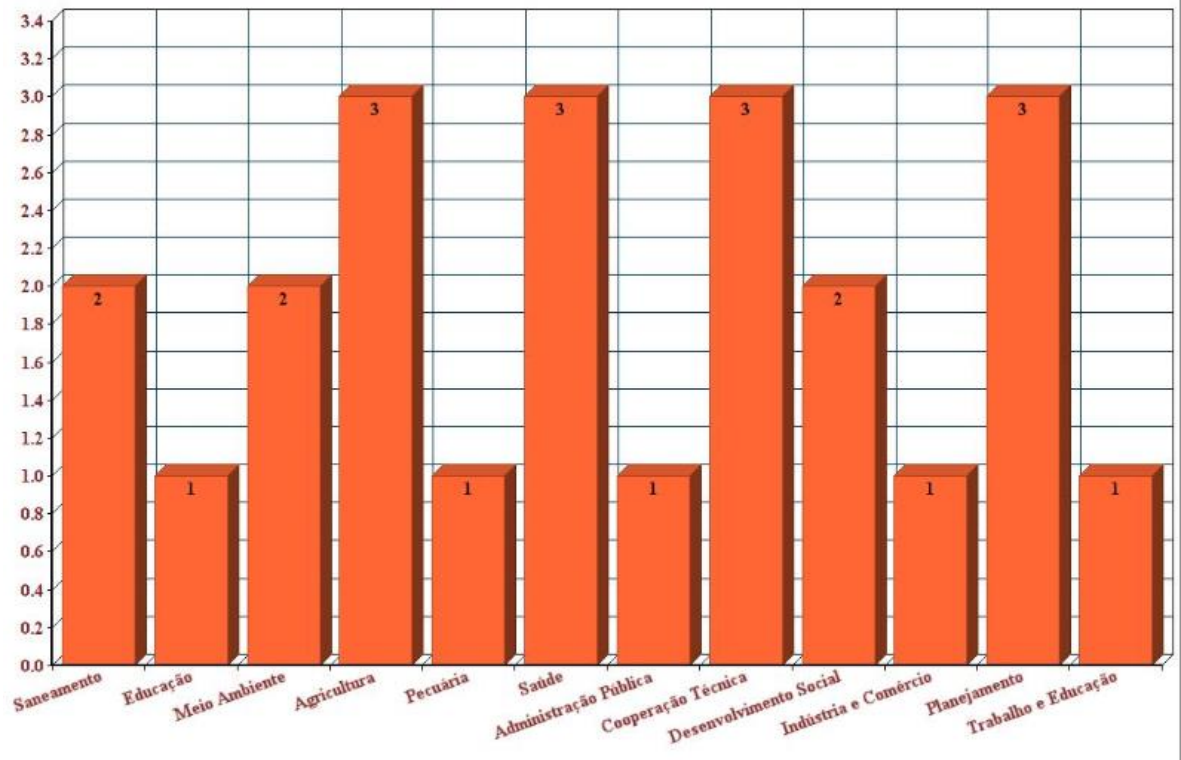
Quadro 6 - Projetos de Ações de Cooperação entre Brasil e República Dominicana iniciados entre 2003 a 2007

Acordo de Cooperação	Início
Capacitação de técnicos dominicanos para a instalação de bancos de leite humano - Hospital GinecoObstétrico Maternidad Nuestra Señora de la Altagracia	10/03/2007
Formulação de política de gerenciamento de banco de dados do sistema de cadastro de beneficiários do programa de subsídios sociais	10/03/2007
Visita de representantes dominicanos ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba para reformulação do Projeto "Manejo Sustentável da Bacia do Rio Yaque do Norte	14/04/2009
Missão de Especialistas Dominicanos para o Manejo Sustentável da Bacia do Rio Yaque do Norte - Fase I	15/05/2009
Visita da Ministra do Trabalho de El Salvador e do Ministro do Trabalho da República Dominicana ao Brasil	21/08/2009
Missão à Republica Dominicana para detalhamento de Projetos	05/10/2009
Missão de especialistas brasileiros à República Dominicana para Apoio à Política Ambiental	05/10/2009
Missão à Republica Dominicana para detalhamento de Projetos	07/01/2010
Capacitação em manejo de controle da mosca da fruta	26/02/2010
Missão à República Dominicana para detalhamento de Projetos	26/04/2010
Missão à República Dominicana para detalhamento de projetos	01/06/2010
Rastreabilidade, genética e produção bovina de carne e leite	07/06/2010
Capacitação conjunta de técnicos para implantação e desenvolvimento de ações de defesa civil (prevenção, preparação, resposta e reconstrução)	08/06/2010
Capacitação de técnicos salvadorenhos em Agricultura Familiar	08/06/2010
Apoio ao fortalecimento da autoridade sanitária dominicana nas áreas de registro de medicamentos, farmacovigilância e inspeções sanitárias	09/07/2010
Apoio à implementação do Banco de Leite Materno na República Dominicana	09/07/2010
Capacitação dos gestores municipais de Bajos de Haina na estruturação e gestão de seus sistemas e serviços de limpeza pública	09/07/2010
Missão à Republica Dominicana para detalhamento de Projetos	12/07/2010
Plano de manejo de uso e ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a criação do Parque Linear do Arroio Gurabo	13/07/2010
Missão de técnicos dominicanos ao Brasil para detalhamento de Projetos	09/08/2010
Apoio à implantação do Centro de Atendimento Presencial para o Cidadão	20/10/2010
Fortalecimento do sistema público de emprego da República Dominicana	03/11/2010
Apoio à implantação de sistema de metrologia e avaliação da conformidade na República Dominicana	20/12/2010

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC.

Acima, o Quadro 6 demonstra uma evolução nas relações a partir do ano de 2010 apresentando uma quantidade grande de projetos implementados.

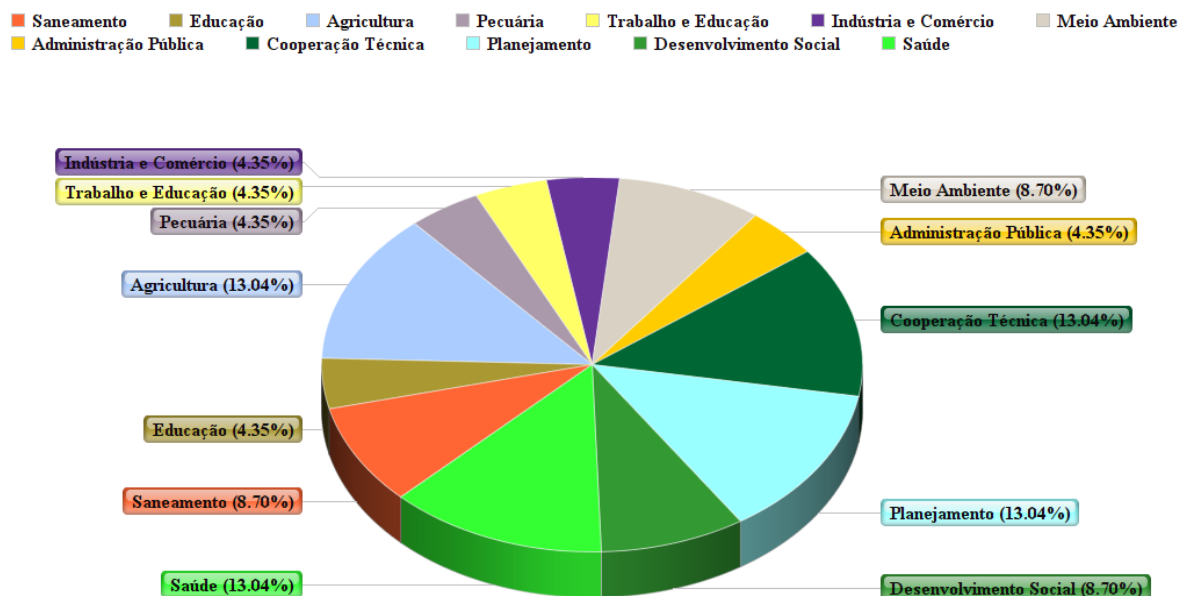
Gráfico 10 – Classificação de Cooperação Brasil-República Dominicana (2007-2011) por quantidade



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 10 mostra que 12 áreas foram contempladas com projetos e houve um equilíbrio, não tendo uma área específica com foco principal na cooperação.

Gráfico 11 – Classificação de Cooperação Brasil-República Dominicana (2007-2010) em porcentagem



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 11 mostra um equilíbrio entre as áreas contempladas com projetos de cooperação. Abaixo aparece a Tabela com as relações comerciais entre os países.

Tabela 12 - Balança Comercial Brasil - República Dominicana de 2007 a 2010

Ano	Exportação	Importação	Saldo	Volume Total
2007	US\$ 458.748.407	US\$ 14.822.794	US\$ 443.925.613	US\$ 473.571.201
2008	US\$ 383.345.159	US\$ 10.841.154	US\$ 372.504.005	US\$ 394.186.313
2009	US\$ 281.756.470	US\$ 21.840.987	US\$ 259.915.483	US\$ 303.597.457
2010	US\$ 401.695.598	US\$ 12.755.355	US\$ 388.940.243	US\$ 414.450.953

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados do MDIC

A Tabela 12 mostra que nesse período apenas no ano de 2009 há um declínio de exportação e um aumento de importação ocasionando um saldo menos desigual.

3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3

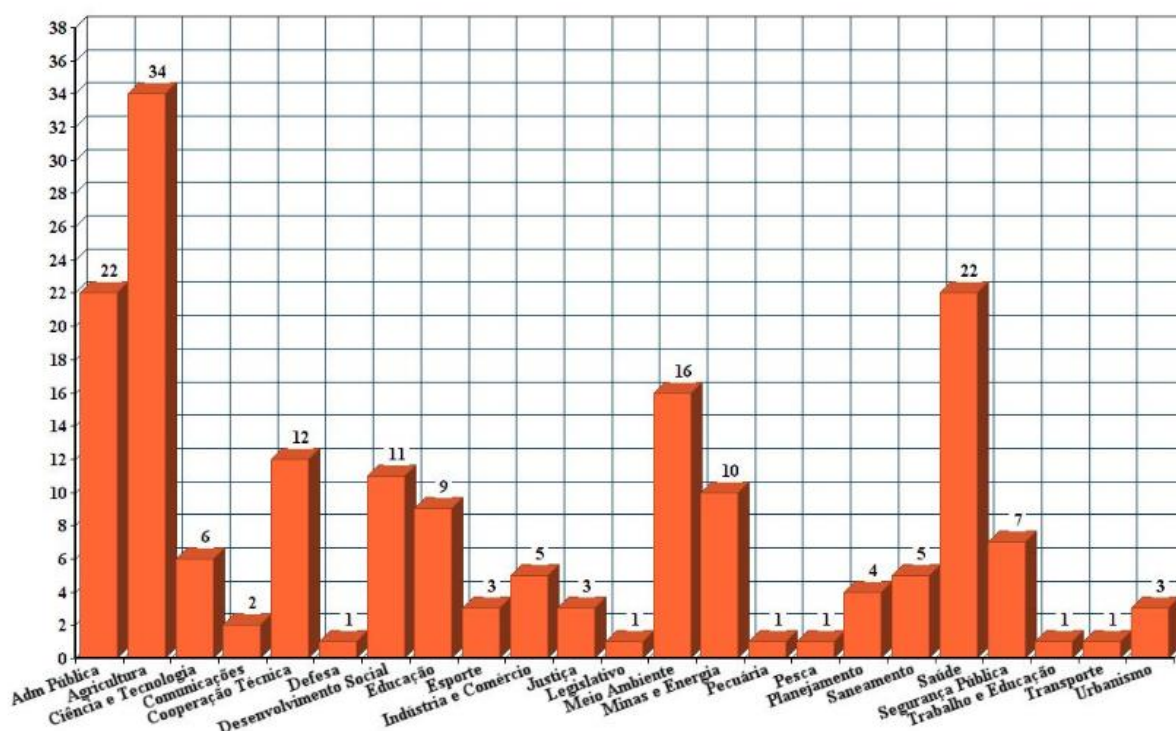
Cuba, Haiti e República Dominicana possuem semelhanças que vão além das questões geográficas. Os três países passaram por explorações colonialistas, graves crises econômicas,

revoluções e reviravoltas no poder. Ambos também possuíam ao longo da história uma relação de cooperação discreta, ou quase nula, com o Brasil.

Ao solicitar os dados da Agência Brasileira de Cooperação acerca das relações bilaterais entre os três países observou-se uma mudança de panorama a partir do Governo Lula, especialmente no seu segundo mandato, tendo um grande aumento de projetos de cooperação nesse período.

Foi verificado nesse capítulo que houve cooperações em diferentes segmentos. Ao todo foram feitas ações de cooperação em 23 áreas diferentes contabilizando os três países. Abaixo um gráfico que contabiliza quantos projetos ocorreram em cada área.

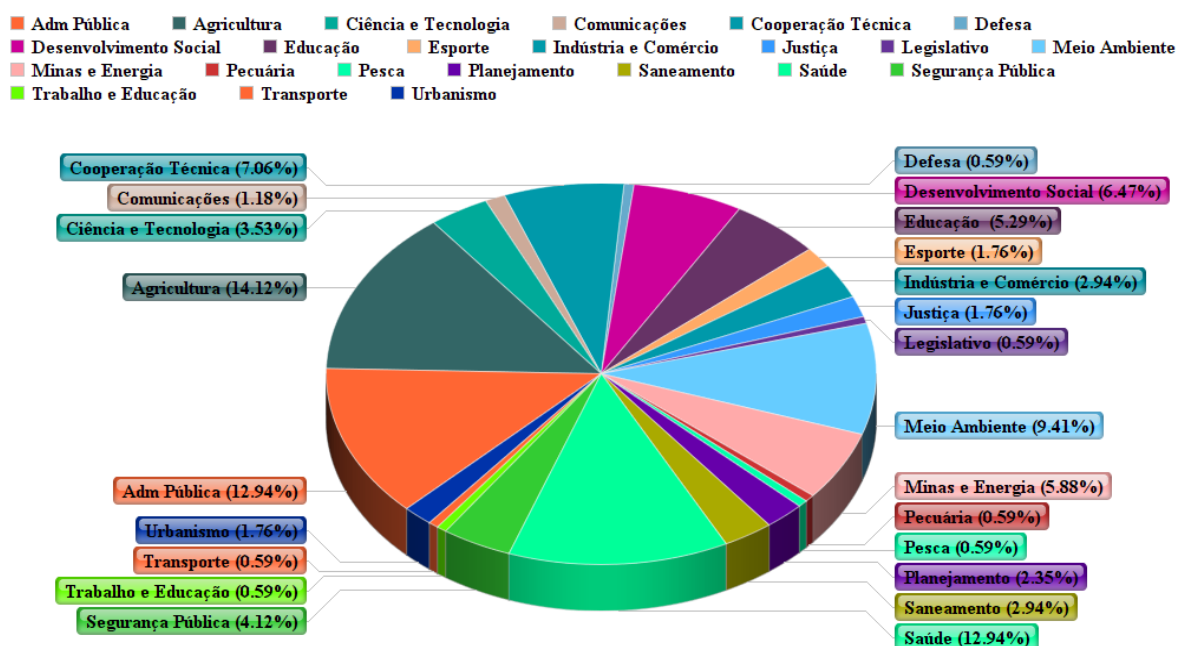
Gráfico 12 – Projetos divididos por áreas (1995 a 2010)



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O Gráfico 12 mostra um predomínio em três áreas, com destaque para a agricultura com 34 projetos, tal área foi recorrente nas relações com os três países, tendo maior ênfase nas relações com o Haiti. A área de Administração Pública é comum nas relações com os três países e a área de saúde teve mais ocorrências com Cuba que é referência internacional no assunto, ocorrendo assim um intercâmbio técnico nas relações como verificado anteriormente.

Gráfico 13 – Projetos divididos por áreas em porcentagem (1995 a 2010)



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

Através do Gráfico 13 é possível perceber as áreas de maior destaque e a enorme quantidade de áreas contempladas, mostrando uma diversidade nos projetos de cooperação.

A balança comercial que se refere às importações e exportações do Brasil com os países pesquisados, também demonstra um progresso em todos os aspectos, nas exportações, nas importações, principalmente com Haiti na qual eram quase nulas e no volume total. No entanto, o desequilíbrio com o saldo favorecendo ao Brasil também se mostrou cada vez mais acentuado.

No próximo capítulo serão analisadas as políticas externas dos dois governos através dos dados demonstrados nesse Capítulo 3.

4. RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - CARIBE: UMA ANÁLISE DOS GOVERNOS FHC E LULA

Primeiramente será realizado neste capítulo uma explanação acerca dos aspectos metodológicos aplicados neste trabalho na qual serão citadas as fontes utilizadas para capturar os dados coletados e as formas na qual será padronizado tais dados coletados para permitir a análise de forma generalizada.

Definida a explanação sobre a metodologia adotada, será realizada a análise das relações bilaterais do Brasil com Cuba, Haiti e República Dominicana nos períodos dos governos FHC e Lula. Visando facilitar o estudo, irá ser seguido a mesma ordem do capítulo anterior começando pela ordem temporal, com os primeiros mandatos de FHC e as relações com cada país em ordem alfabética até terminar com o último mandato de Lula, para enfim, fazer a comparação dos dois governos.

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia escolhida para ser utilizada neste trabalho foi o método de pesquisa descritivo com abordagem exploratória, sendo as técnicas de pesquisa utilizadas a bibliográfica e a documental. Devido à impossibilidade de análise de cada projeto realizado no que diz respeito aos tratados de cooperação e suas normativas, devido a grande quantidade, foram estabelecidas algumas variáveis de análise. Tais variáveis escolhidas foram: temática dos projetos, cronologia e temporalidade e relação comercial entre os países, onde a balança comercial durante cada período é exposta.

Os dados de cooperação capturados foram solicitados à ABC, Agência Brasileira de Cooperação vinculada ao MRE, Ministério de Relações Exteriores do Brasil. A Agência é encarregada de supervisionar os processos de Cooperação Sul-Sul brasileiros, tem sua criação datada de 1987, por meio do Decreto nº 94.973116. Compete à ABC:

Planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em

desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. (ABC, 2018)

Tendo em posse a listagem de projetos executados, foram construídas tabelas e quadros contendo o quantitativo de projetos, separando por mandatos e anos, permitindo assim observar em quais períodos as relações se intensificaram, regrediram ou estagnaram. Além disso, através dos segmentos dos projetos, se elaboraram gráficos contendo a divisão dos projetos por segmento, permitindo verificar quais são as áreas na qual o Brasil acentuou suas relações de cooperação.

É objeto também neste trabalho, observar as relações comerciais entre os Estados, pois embora as políticas de integração tenham como foco questões de cooperação técnica, científica, social e cultural, as relações comerciais tornam-se relevantes para verificar suas vinculações aos interesses comerciais. Isso porque, as políticas de integração podem contribuir de forma indireta com o aumento de importações brasileiras no país ou com a abertura de espaço para a entrada de empresas brasileiras na região.

Diante de tais observações, se fez necessário analisar a balança comercial do Brasil com Cuba, Haiti e República Dominicana em cada período de mandatos do Governo FHC e do Governo Lula, para isso, foram construídas tabelas com dados obtidos pela plataforma ComexStat⁸, instrumento estatístico disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com os dados referentes aos valores de exportação e importação do Brasil e os países em questão, desde 1999 até 2007.

4.2 GOVERNO FHC

A ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República iniciou em um momento de crise econômica no Brasil. FHC ainda como Ministro da Fazenda obteve um aumento de popularidade com o sucesso do Plano Real que tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação.

Em 1994 Fernando Henrique Cardoso obteve uma vitória tranquila, obtendo 54,24% dos votos e se elegendendo presidente ainda no primeiro turno. O mesmo ocorreu em 1998,

⁸O ComexStat um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. São divulgados mensalmente os dados detalhados das exportações e importações brasileiras. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/sobre> . Acesso em 16 de novembro de 2018..

conseguindo se eleger no primeiro turno das eleições com 53,06% dos votos, completando, portanto, oito anos de mandato.

4.2.1 ANÁLISE DO GOVERNO FHC 1995-1998

Em seu programa de governo chamado “Mãos à Obra Brasil”, Fernando Henrique Cardoso dedica três páginas quanto às políticas exteriores. Dentre os destaques para um novo ambiente que se iniciava no sistema internacional com o fim da guerra fria, FHC menciona a integração da América Latina em suas diretrizes:

No plano bilateral: fortalecer as relações com nossos vizinhos da América Latina e particularmente da América do Sul; construir nas relações com os Estados Unidos uma agenda que não se limite ao contencioso, mas que abra caminho para uma política renovada de cooperação em novas áreas; aprofundar nossas relações com os países do Pacífico, notadamente com o Japão, ampliar o intercâmbio com a Rússia, a China e a Índia, que são também países de dimensões continentais; reforçar nossas relações com a África e o Oriente Médio. (CARDOSO, 1994, p. 39)

No final de sua proposta de governo, FHC coloca a situação de crise de crise que ocorria no Brasil e suas expectativas e objetivos para o futuro, dividindo entre o real e o sonho, respectivamente. Quanto às relações internacionais, menciona:

Queremos regras estáveis e equilibradas para as trocas internacionais e adotaremos as medidas que nos deem condições efetivas de competitividade. A política externa tem um papel a desempenhar, na ampliação do espaço econômico brasileiro e, neste sentido, prosseguirei nos esforços de integração no Mercosul e na América Latina. A visão brasileira do mundo se constitui a partir de nossa presença latino-americana e, em nossa região, devemos trabalhar para consolidar os melhores instrumentos de aproximação com os vizinhos. (CARDOSO, 1994, p. 123)

a. Cuba

Os projetos de cooperação com Cuba no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso se resumem a apenas um projeto denominado apenas como “Projetos Concluídos” em lista enviada pela ABC. Tal projeto, criado na I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica formou temas referentes à cooperação científica e técnica.

Quanto às relações econômicas, conforme já foi apresentado, houve uma queda impactante das importações no último ano de mandato, mantendo praticamente o mesmo volume total no comércio, ou seja, gerando um desequilíbrio na balança a favor do Brasil.

b. Haiti

Os projetos de cooperação e as relações diplomáticas entre Brasil e Haiti no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso são inexistentes. Não há viagens presidenciais ou reuniões entre oficiais dos dois países no período. Não há qualquer projeto de cooperação na lista emitida pela Agência Brasileira de Cooperação.

Conforme já foi apresentado, as relações econômicas entre os dois países eram extremamente baixas, especialmente no que tange as importações de produtos haitianos. Em 1997 o volume total do comércio era inferior em mais de 60 milhões de dólares comparado com as relações comerciais com Cuba no mesmo ano.

c. República Dominicana

Não existiram projetos de cooperação entre o Brasil e a República Dominicana no primeiro mandato do Governo FHC. No entanto, as relações comerciais entre os países foi a maior entre os países pesquisados como demonstrou a Tabela 13. Os volumes totais de Cuba e Haiti somados não chegam ao volume total do comércio entre Brasil e República Dominicana em 1998, porém o saldo é bem desequilibrado, bastante favorável ao Brasil, ainda mais em 1998 quando as exportações chegaram a mais de 140 milhões de dólares.

4.2.2 ANÁLISE DO GOVERNO FHC 1999-2002

Fernando Henrique Cardoso apresentou o seu programa de governo que o reelegeu intitulado de Avança Brasil. Nele cita em quatro páginas seus planos de política externa para o período, dessa vez o termo América Latina é ignorado em seu programa. A busca pela integração regional se dá na ênfase continental, ao citar América do Sul e o fortalecimento do bloco do Mercosul:

O Brasil conquistou também a confiança dos demais parceiros sul-americanos. Além de se engajar no Mercosul, o país se abriu para um processo mais amplo de integração que deverá levar à organização de um espaço econômico no Continente, marcado pelo equilíbrio de vantagens e por um verdadeiro sentido de cooperação. Aprofundar a integração da infra-estrutura, por meio de projetos comuns com nossos vizinhos, a exemplo do gás da Bolívia e da energia elétrica da Venezuela, é um passo indispensável e, como tal, será dado. (CARDOSO, 1998, p. 26)

a. Cuba

No segundo mandato de FHC não há nenhum acordo de cooperação entre os dois países, evidenciando um retrocesso na relação dos dois países. No entanto, na parte diplomática FHC se mostrou mais ativo ao tornar-se o primeiro presidente do Brasil a visitar Cuba. Seu discurso prezava pela pacificação das relações internacionais de Cuba e EUA, porém não tomou partido, mostrando críticas aos dois lados, para os EUA quanto ao embargo econômico e para Cuba acerca dos direitos humanos e democráticos.

b. Haiti

No período de 1999 a 2002 as relações diplomáticas e de cooperação com Haiti permaneceram estagnadas no Governo FHC. Conforme já foi apresentado, as importações de produtos haitianos diminuiriam chegando a um valor irrisório de pouco mais de oito mil

dólares em 2001, enquanto as exportações brasileiras ao Haiti fossem para pouco mais de 23 milhões de dólares, causando um enorme desequilíbrio na balança a favor do Brasil.

c. República Dominicana

No segundo mandato de FHC houve um avanço quanto às relações bilaterais ao firmarem o Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de Cooperação Técnica com Países em Desenvolvimento – CTPD. O projeto veio a ser o principal instrumento operacional para a cooperação técnica do Brasil América Latina, Caribe, África e Ásia/Oceania no Governo FHC e constava a República Dominicana como um dos países envolvidos, no entanto, pouco mais de 10% dos gastos totais do projeto foi para o país.

Quanto às relações comerciais que já eram de alto volume, aumentaram no segundo mandato de FHC como demonstrado na Tabela 14 o número de importações diminuiu, porém as exportações brasileiras cresceram, principalmente no ano de 2002, chegando a mais de 208 milhões de dólares de exportações e apenas 1,5 milhões de importações dominicanas, demonstrando um enorme desequilíbrio na balança comercial a favor do Brasil.

4.3 GOVERNO LULA

Com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso marcado por uma grave crise econômica com a desvalorização do real em 1999 que resultou em queda na taxa de crescimento, e um aumento de desempregos e da dívida pública, a popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva disparou e em 2002 acabou por conseguir se eleger presidente por larga margem no segundo turno, com 61,27% dos votos. Lula atingiria a marca de ser o presidente eleito com mais votos na história do Brasil.

As eleições de 2006 ocorreram em um cenário mais equilibrado. Lula que havia perdido em apenas um estado brasileiro nas eleições de 2002 viria a perder em sete estados em 2006, incluindo todo o sul do Brasil e São Paulo. No entanto, mesmo assim conseguiria sua reeleição no segundo turno com 60,83% dos votos, completando em 2010 oitos anos à frente da presidência do país.

4.2.1 ANÁLISE DO GOVERNO LULA 2003-2006

Lula apresentou sua proposta de governo com o programa “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”. No programa que contém 72 páginas, há um tópico de quatro páginas intitulado “Política Externa para Integração Regional e Negociação Global”. No plano há o destaque da preferência das relações regionais com países da América do Sul e cita apenas como possibilidade as relações com países da América Latina em geral, ou seja, dando foco preferencialmente a questão geográfica como mencionado abaixo:

Uma nova política externa deverá igualmente contribuir para reduzir tensões internacionais e buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. A formação de um governo comprometido com os interesses da grande maioria da sociedade, capaz de promover um projeto de desenvolvimento nacional, terá forte impacto mundial, sobretudo em nosso Continente. Levando em conta essa realidade, o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul. Na busca desse entendimento, também estaremos abertos a um relacionamento especial com todos os países da América Latina. (LULA, 2002, p. 6)

Cabe ressaltar que no ponto seguinte ao demonstrar o foco principal em fortalecer a aliança com a Argentina, uma aliança Latinoamericana é citada como o objetivo principal:

A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, é plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca de complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos, podem convergir no âmbito regional. De imediato, nosso governo desenvolverá ações de solidariedade para com a Argentina, que permitam a este país irmão superar suas dificuldades atuais e contribuir para uma aliança latino-americana consistente. (LULA, 2002, p. 6)

É possível verificar no plano de Lula um maior engajamento com as questões regionais e um foco especial à política externa onde destina quatro páginas.

a. Cuba

As relações bilaterais com Cuba cresceram com a chegada de Lula à presidência. Segundo relatório enviado pela ABC, 18 projetos de cooperação foram realizados no período.

Como citado anteriormente, foram 11 setores de atividades diferentes com 22% dos projetos para a área de Minas e Energia e também 22% de projetos para a Administração Pública.

O ano de 2005 foi o que ocorreu o maior número de cooperações, nove projetos ao todo foram implementados, enquanto o ano de 2006 ocorreu seis projetos de cooperação, o que mostra que o período final desse mandato foi onde as relações se acentuaram.

Quanto às relações comerciais entre os dois países durante o período de mandato, houve um crescimento constante de exportações e de volume total envolvido, no entanto, as importações de produtos cubanos foram instáveis, apresentando quedas em alguns anos, ocorrendo, portanto, um saldo positivo maior a cada ano para o Brasil.

b. Haiti

Foram acordados 16 projetos entre Brasil e Haiti no primeiro mandato de Lula. Os projetos foram divididos em 12 áreas diferentes, sendo a área da Agricultura a mais contemplada com projetos, tendo um quarto da totalidade. No entanto, o Haiti tornou-se figura marcante da política internacional de Lula devido ao MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para Especialização do Haiti, criada pela ONU que tinha como objetivo reestabelecer a segurança do país após período de violência e de um exílio forçado do então presidente, Jean Bertrand Aristide.

O Brasil, pela primeira vez em sua história, ocupou papel de liderança na missão, tendo o poder militar durante toda a missão, que se iniciaria em 2004, ainda no primeiro mandato de Lula e se encerraria em 2017. A aspiração brasileira em tal posto se encaixa numa tentativa de crescimento no sistema internacional de poder:

A liderança do Brasil na Minustah pode ter legitimado seu desejo de servir como o representante latino-americano permanente no Conselho de Segurança. A aceitação argentina do papel de liderança do Brasil é significativa porque os dois países são, historicamente, rivais e competidores continentais por um assento no Conselho. Ao aceitar a liderança brasileira, a Argentina pode estar indicando uma mudança política em favor da posição brasileira. (BRACEY, 2011, p. 41)

As relações comerciais também obtiveram mudanças significativas. As importações de produtos haitianos cresceram ano após ano no período do primeiro mandato de Lula. As exportações e o volume total também seguiram o mesmo caminho de progressão. No entanto,

o saldo positivo ao Brasil também apresentou um aumento anual, demonstrando um aumento no desequilíbrio da balança a favor do Brasil.

c. República Dominicana

Em comparação aos demais países, a República Dominicana obteve o menor avanço comparado aos mandatos de FHC, apenas oito projetos de cooperação foram feitos no período de 2003 a 2006. Todos os projetos de cooperação foram implementados em 2006, demonstrando que o início de mandato de Lula foi discreto na efetivação das relações entre os dois países.

A balança comercial entre o Brasil e a República Dominicana representa o maior saldo positivo ao Brasil entre os três países pesquisados. Os números de exportação brasileira para República Dominicana cresceram ano após ano, atingindo no último ano do primeiro mandato pouco mais de 365 milhões de dólares, enquanto em importações dominicanas apenas 4,2 milhões de dólares, ou seja, um balanço extremamente desequilibrada a favor do Brasil.

4.2.2 ANÁLISE DO GOVERNO LULA 2007-2010

O programa de governo apresentado por Lula em sua campanha de reeleição chamado “Lula Presidente” teve um conteúdo mais enxuto com cerca de quarenta páginas a menos que seu programa anterior. Em um tópico chamado de “Enfrentamento do Atraso”, Lula (2006, p.8) menciona que “Servis no plano internacional, criticam as políticas de integração continental e de aproximação com países em desenvolvimento ao sul do planeta (relações Sul-Sul), necessárias para enfrentar a globalização injusta e desigual que o mundo vive”.

No programa reforça seu empenho nas relações com os países mais pobres:

O Brasil continuará empenhado em sua luta contra a fome e pela paz. Defenderá um relacionamento entre as nações baseado nos princípios de respeito à soberania nacional, de não agressão e de não ingerência nos assuntos internos de outros estados. Privilegiará o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano. (LULA, 2006, p. 14)

Sua inserção no mundo cita que “Lutará nos foros internacionais pelo multilateralismo, contribuindo para a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, onde reivindica uma vaga permanente” (LULA, 2006, p. 14)

a. Cuba

No segundo mandato do Governo Lula houve um aumento considerável nas relações entre os dois países, passando de 18 para 39 projetos de cooperação. Além dos projetos de cooperação de Administração Pública, ganharam destaque as áreas de Agricultura e principalmente a área da Saúde, no qual nove projetos de cooperação foram realizados.

Lula realizou encontros oficiais com representantes cubanos em três dos quatro anos deste mandato. Em 2008 foi à Cuba em duas oportunidades. Só no último ano de seu mandato foram implementados 18 projetos, o número total dos quatro anos de seu mandato anterior o que demonstra a força que se tornou a relação entre os dois países.

Não foram apenas as relações de cooperação que aumentaram no segundo mandato de Lula, as relações comerciais obtiveram um avanço enorme. Em 2003, no seu primeiro ano de mandato, o volume total era de cerca de 90 milhões de dólares. Em 2007, o volume total foi para cerca de 410 milhões de dólares e no ano seguinte, Brasil e Cuba realizaram o maior volume comercial entre os três países pesquisados com cerca de 570 milhões de dólares, evidenciando que a evolução entre as relações dos dois países aconteceu nas mais diversas áreas.

b. Haiti

As relações bilaterais com o Haiti obtiveram um enorme avanço no segundo mandato de Lula. Foram 78 projetos de ações cooperativas, são 62 projetos a mais que no último mandato e representa o período com maior número de projetos dos três países pesquisados. Os projetos foram divididos em 16 áreas diferentes com destaque para Agronomia que recebeu 18 dos 78 projetos, ou seja, pouco mais de 23% do total.

Os anos finais do segundo mandato de Lula, 2009 e 2010, demonstram o quanto às relações com Haiti foram ativas, já que num período de 24 meses, apenas dois meses não foram implementados algum projeto de cooperação.

Na parte comercial mais avanços, somente em 2008 as importações haitianas chegaram a quase 1,5 milhão de dólares, cerca de um milhão de dólares a mais que todos os anos somados do último mandato de Lula.

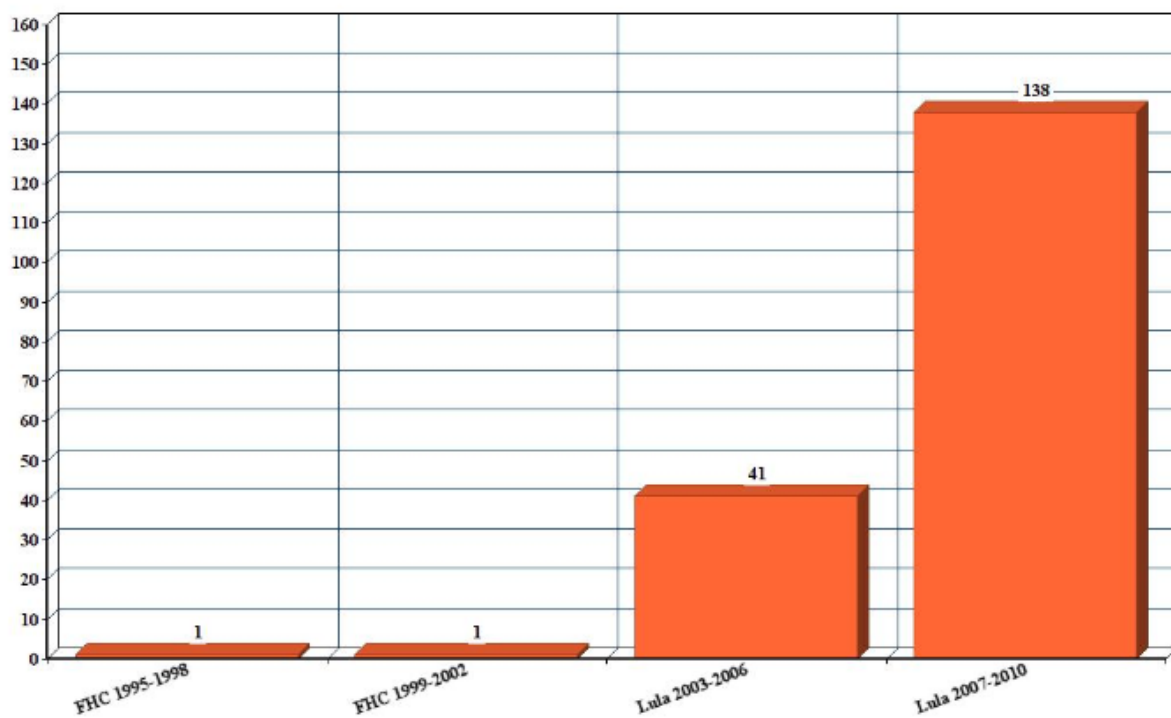
c. República Dominicana

No segundo mandato de Lula há um avanço considerável nas relações entre Brasil e República Dominicana, evoluindo de 8 para 23 projetos durante o período. A implementação dos projetos ocorreu em grande no último ano de mandato, 2010, com 15 projetos de cooperação implementados. Dos projetos, foram 12 áreas contempladas mostrando um equilíbrio nos segmentos de cooperação.

As relações comerciais evoluíram tanto em exportações brasileiras como em importações dominicanas. Quanto às importações, no primeiro ano deste mandato de Lula, 2007, já há cerca de 10 milhões de dólares a mais, enquanto 90 milhões de dólares em exportações, ou seja, o alto volume total e o desequilíbrio no saldo tendendo ao Brasil permaneceram como características do balanço comercial entre os dois países.

4.4 COMPARAÇÃO DOS MANDATOS

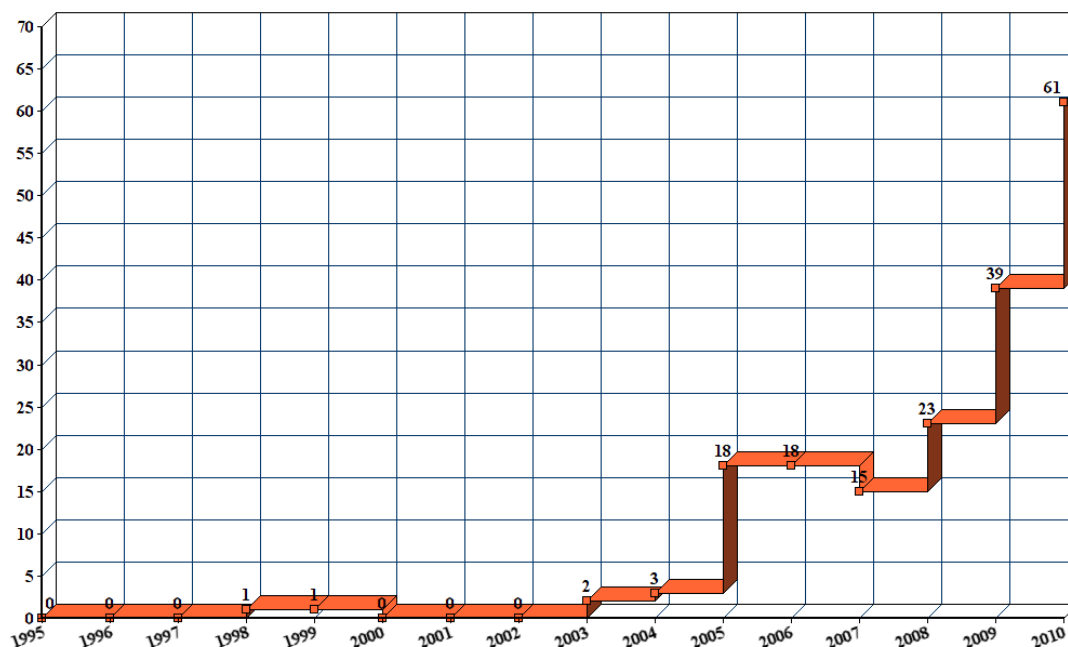
É possível perceber ao expor as análises das relações do Brasil em cada mandato que há uma evolução a partir do primeiro mandato de Lula, atingindo seu ápice no seu segundo mandato. No governo de Fernando Henrique Cardoso as relações beiravam à nulidade, registrando apenas dois acordos de cooperação com os três países pesquisados, isso em oito anos de governo.

Gráfico 14 – Projetos por mandatos (1995 a 2010)

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC

O gráfico acima demonstra em números totais a evolução dos acordos de cooperação com os três países. No primeiro mandato de Lula no período de 2003 a 2006 há 41 projetos de cooperação implementados nos três países pesquisados, enquanto no segundo mandato ocorre 138 projetos, isso é, 98 projetos de cooperação implementados a mais do que no último período.

Lula em seu governo realizou seis viagens para encontros oficiais com representantes de algum dos três países, em sua maioria para fechar acordos comerciais e de cooperação enquanto Fernando Henrique Cardoso realizou três encontros, dois deles em eventos na República Dominicana, e um marcante, sendo o primeiro presidente brasileiro a ir para Cuba, no entanto, suas visitas foram mais protocolares, apenas cumprindo um papel diplomático como os discursos pedindo a pacificação das relações de Cuba e Estados Unidos da América, porém sem visar qualquer tipo de acordos ou relações bilaterais.

Gráfico 15 – Projetos por anos (1995 a 2010)

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC.

No gráfico acima está exposto a quantidade de projetos de cooperação implementados por ano. No governo de Fernando Henrique Cardoso há apenas projetos entre mandatos, um em 1998 e outro no início de seu segundo mandato, em 1999. No Governo Lula há um início ainda discreto com apenas dois projetos de cooperação em seu primeiro ano e três em seu segundo.

De 2005 a 2008 não há grandes mudanças. É apenas em 2009 que a quantidade de projetos salta de 23 para 39 e é no último ano de mandato de Lula, em 2010, que o número mais alto de projetos de cooperação implementados é alcançado, mostrando o ápice das relações com os três países caribenhos.

4.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4

Ao relacionar a política externa a uma política pública percebe-se que elementos domésticos de um país são fundamentais para a sua formulação, contando assim com uma agenda suscetível de ser politizada já que fica aberta para interesses de agentes políticos que vão além do Estado e seus funcionários. Temas de uma política externa como meio-ambiente, direitos humanos e cooperação são marcados pela politização.

Como verificado anteriormente todos os acordos de cooperação bilateral do Brasil com os três países pesquisados são classificados por tipologia das políticas públicas que fazem parte dos acordos o que demonstra que houve um incremento além do aspecto comercial. Tal como demonstrado no Gráfico 14, as três maiores áreas contempladas foram de Agricultura, Saúde e Administração Pública, respectivamente.

As cooperações realizadas tendo o Brasil como um fornecedor, ou seja, como um país assistente, se enquadram em grande maioria, nas políticas de caráter distributivo, pois visam atingir determinados grupos sociais ou certas regiões, beneficiando um grande número de destinatários. Exemplo disso são as ações ligadas à agricultura familiar e a segurança alimentar no Haiti, país que apresenta uma das economias mais frágeis da América Latina.

Dentro do ciclo de políticas públicas pode-se colocar a formulação dessas políticas no programa de Governo onde é possível verificar que há como objetivo estreitar relações com países da América Latina. Celso Amorim, ministro das relações exteriores de Lula, cita:

Eu queria fazer um último comentário sobre a dinâmica entre a América do Sul e América Latina e Caribe. Isso é importante para todos nós porque todos nós temos relações intensas com alguns países como o México, como Cuba ou mesmo a América Central. No caso a Guiana e o Suriname, eles são membros do Caricom. Como conciliar esses processos? Eu vou voltar um pouco à inspiração política e à realização diplomática. A inspiração política, até por obrigação constitucional nossa, é a integração na América Latina e Caribe. Entende-se hoje que a América Latina é a América Latina e Caribe. Às vezes, para abreviar um pouco, nós falamos só América Latina, mas, é preciso deixar claro que o Caribe está contido nesse conceito. (AMORIM, 2009, p. 19)

A implementação ocorre com as ações de cooperação realizadas nas mais diversas tipologias. No entanto, no que diz respeito aos indicadores de monitoramento não são disponibilizados pela Agência, demonstrando uma ausência de instrumentos de avaliação que não seja a mera política, fazendo o que se questione o porquê que a área das relações exteriores seja avessa à questão do monitoramento, se é por uma tradição das relações internacionais associada à ciência política que faz com que ela não se veja passível de uma cobrança técnica.

Ao comparar as relações brasileiras com os três países pesquisados neste trabalho: Cuba, Haiti e República Dominicana, nota-se uma grande mudança a partir do Governo Lula.

Tais mudanças refletem diretamente na estratégia de política externa de cada governo. Lula em seu discurso de posse deixa claro seu objetivo:

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científicotecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. (BRASILc, 2008, p. 15)

Segundo as teorias de Relações Internacionais expostas no início do trabalho, tal ideologia se encaixa nas convicções do Idealismo onde os Estados apesar de primeiramente defender seus interesses, buscam através de relações de cooperação ou de relações comerciais criar laços democráticos para estabelecer relações de harmonia seja na região ou no sistema internacional.

No entanto, também é possível identificar traços realistas nessas relações. Em 2004 o Brasil assumiu a liderança militar do MINUSTAH, operação criada pelas Nações Unidas para reestabelecer a ordem no Haiti. A liderança inédita do Brasil tinha como objetivo pleitear assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Samuel Pinheiro Guimarães, secretário geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores de Lula de 2003 a 2009, descreve o sistema internacional sob a ótica do realismo e ao citar as grandes potências, menciona o Conselho de Segurança:

As grandes potências políticas têm um status superior e privilegiado em relação aos demais Estados ao serem membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, por esta razão, terem o “direito” de autorizar, se tiverem o apoio de quatro membros não permanentes do Conselho, o uso da força contra qualquer membro da ONU, enquanto se encontram fora do alcance de qualquer sanção de parte das Nações Unidas devido ao poder de veto que detêm legalmente. (GUIMARÃES, 2013, p.25)

Além das aspirações do Governo Lula em fazer parte do Conselho de Segurança da ONU onde se encontram os “donos do jogo”, com os países que podem utilizar da força e da pressão com política externa, é possível perceber ao analisar a balança comercial entre o

Brasil e os três países pesquisados que segue uma disparidade, um saldo desequilibrado favorecendo ao Brasil, ou seja, uma dependência dos países caribenhos com o Brasil. Tal desequilíbrio já era característica das relações do Governo FHC. Com os mandatos do Governo Lula as importações dos três países cresceram, porém, as exportações do Brasil aumentaram ao ponto do saldo seguir desigual o que pode ser resultado de uma criação de dependência econômica ao país assistente, criando oportunidades como a instalação de empresas transnacionais brasileiras.

É característica encontrada nas relações do Brasil no Governo Lula com os três países pesquisados o bilateralismo, ou seja, a prevalência das relações bilaterais às multilaterais nas relações estratégicas para os países dessa região. Sua lógica nas relações é na Cooperação Sul-Sul, priorizando países em desenvolvimento no continente e na América Latina, reforçando a ideia anticolonialista presente na identidade desses países e incentivando assim sua integração regional.

O Governo Fernando Henrique Cardoso ao ter relações apenas comerciais com os três países pesquisados em seus dois mandatos demonstra uma característica de sua política externa, não havendo ambição de integração regional e sim um negociador aberto a qualquer mercado:

A consolidação de conceitos ou sua renovação não se pretendiam neutras. Incorporar o conceito de global trader significava que o Brasil tinha interesses globais, e assim poderia assumir posições e agendas diversificadas, buscando mercados e relações sem vincular-se a um único parceiro. Nesse sentido, explica-se o comportamento não institucionalista no caso do Mercosul e, ao mesmo tempo, institucionalista na agenda multilateral, particularmente perante as organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a OMC (cf. Pinheiro, 2000). A opção de um global trader é pela liberalização comercial multilateral em que seus ganhos podem ser maximizados. (VIGEVANI, 2003, p. 34)

Há, portanto, um incremento nas relações de cooperação do Brasil com Cuba, Haiti e República Dominicana a partir do Governo Lula, especialmente no seu segundo mandato que ultrapassa as relações comerciais como denotam as tipologias das políticas públicas que fazem parte dos acordos, no entanto, a desproporcionalidade nas relações comerciais e a liderança no MINUSTAH demonstram que tais relações não se limitam a ações de solidariedade, há nessas relações um objetivo de hegemonia brasileira na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi buscado através desta pesquisa responder de que forma as mudanças de governo brasileiro no período de 1995 a 2010 impactaram nas relações com os três países caribenhos estudados: Cuba, Haiti e República Dominicana. Percebe-se uma ausência de acordos e projetos de cooperação durante os mandatos do Governo FHC, em contrapartida há um aumento significativo de relações bilaterais a partir do primeiro mandato do Governo Lula ocorrendo um incremento em seu segundo mandato. Tal aumento se explica por uma estratégia de governo que visava, por meio da cooperação sul-sul e da integração regional, a liderança na região e sua relevância no sistema internacional.

O objetivo geral do trabalho foi examinar as relações bilaterais do Brasil com os três países pesquisados no período do Governo FHC e do Governo Lula. Tal objetivo foi realizado ao retratar todas as ações de cooperação no período, expor os encontros diplomáticos entre Chefes de Estado e revelar as balanças comerciais descrevendo o avanço das relações comerciais entre os países.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se identificar as ideologias presentes em cada Governo brasileiro baseadas nessas relações e descrever as principais características das relações bilaterais do Brasil com os três países pesquisados. Foram identificadas estratégias diferentes de política externa em cada governo, Lula focou suas relações com países emergentes, em cooperações sul-sul, especialmente nos países da região da América Latina. Sua ideia de relações externas já se mostrava presente em seu programa de governo e em seu discurso de posse. Tais relações representam também a busca de relevância e liderança na região mostrando uma política mais ambiciosa em termos de posicionamento no sistema internacional.

A quase nulidade das relações bilaterais do Brasil com os três países caribenhos no Governo FHC reflete também no que foram suas ideias e características de sua política externa. Não houve um grande empenho em termos de integração regional já que entre uma das suas características de política externa era não se vincular a algum parceiro ou ideia que obstrua qualquer de novos mercados e relações diversas. Suas ambições em termos de posicionamento no sistema internacional eram mais tímidas assim como reflete seus discursos

pacíficos quanto às tensões vividas por EUA e Cuba no período de seu governo, colocando visões cautelosas sem tomar qualquer lado.

Foram encontrados como principais elementos das relações do Brasil com os três países, a preferência do bilateralismo ao invés das relações multilaterais. O Brasil como economia mais forte, sempre sendo um país assistente. Além da quantidade exacerbada das relações a partir do Governo Lula, percebe-se também que todas as cooperações possuem uma tipologia, classificando-as em áreas e segmentos como Saúde, Agronomia e Administração Pública. Isso demonstra, em uma visão idealista das relações internacionais, que há uma preocupação no desenvolvimento do país parceiro, já que foram feitas políticas de caráter distributivo, focado em atingir parcelas e regiões específicas. No que tange à visão realista da RI, que na busca por poder e liderança na região, o Brasil trocava recursos e experiência em áreas sociais para ambicionar nova posição no sistema internacional.

Como limitadores desse trabalho, por questões estratégica e temporal, não foi examinado o período do Governo Dilma e do Governo Temer e embora se tenha trabalhado com as balanças comerciais, não era buscado uma análise objetiva no sentido econômico. Seria interessante que essa pesquisa fosse ampliada numa sequência incorporando o Governo Dilma e o Governo Temer e ampliasse os países caribenhos ou latino-americanos.

No entanto, cabe colocar como no período de fases de integração que há um ciclo ideológico de direita na América do Sul com governos mais conservadores e devido a isso deve haver uma reorientação completa que possivelmente deverá reduzir drasticamente as cooperações sul-sul e um processo de desintegração regional se encaminha.

Nesse trabalho foi identificado que instrumentos técnicos de avaliação das políticas externas permanecem inexistentes, já que não se tem nenhuma avaliação das políticas realizadas o que faz com que a Administração Pública possa se aproximar e contribuir para mudar essa tradição. O objeto acerca das cooperações sul-sul e da integração latino-americana são temas ainda pouco explorados pela Administração Pública tendo ainda um número pequeno de estudos publicados sobre os assuntos. Nesse sentido se entende que o trabalho possa colaborar para o avanço desses temas na área.

REFERÊNCIAS

ABC. **Agência Brasileira de Cooperação**. Disponível em: <www.abc.gov.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2018.

AMORIM, Celso. **A integração sul-americana**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Portugues.pdf> . Acesso em 26 de novembro de 2018

ARENAL, C. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1990.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração Econômica**. Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira. Lisboa: Clássica Editora, 1964.

BANCO MUNDIAL. 2016. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/country/dominicanrepublic/overview>>

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto internacional** [online]. 2011, vol.33, n.2, pp.315-331.

BRAILLARD, Phillipe. **Teorias das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BRASILa., **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

BRASILb. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira: Países e Blocos**. 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>. Acesso em 23 de outubro de 2018.

BRASILc. Presidente (2003 - : Lula). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

CARDOSO, F.H.C. **Avança Brasil: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1998. Disponível em <http://www.psd.org.br/biblioteca/outraspublicacoes.asp>. Acessado em 16.11.2018.

CARDOSO, F.H.C. **Mãos à obra: proposta de governo**. Brasília: s.ed., 1994. 300p.

CERVO, Amado Luiz (org.). **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005.

- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. **Integração e Democracia no Cone Sul da América Latina: Processos Entrecruzados (1983-2000)**. Trabalho de Conclusão Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2000.
- FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. **Topoi**, Rio de Janeiro, p.30-42, jun. 2011.
- FREY, K. 2000. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>. Acesso em : 2.ago.2009.
- GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972
- GIL, Antonio Carlos. **Como e laborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- GUIMARÃES, S. P. O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional. **Perseu Abramo**, São Paulo - SP, v. 1, Fevereiro 2013.
- LAREDO, Iris. **América Latina em el sistema internacional. La integración regional como herramienta de transformación de status**. In: LAREDO Iris (compiladora). Estado, mercado, y sociedade en el Mercosul. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1994, p. 15-39.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.
- LULA, L.I. da S..**Lula Presidente. Programa de Governo 2007-2010**. 2006. 30p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_governo.pdf> Acesso em: 18 nov. 2018.
- LULA, L.I. da S. **Um Brasil para Todos. Crescimento, Emprego e Inclusão Social**. 2002. 73p. Disponível em: <www1uol.com.br/fernandorodrigues/arquivo/eleicoes02/plano2002-lula.doc> Acesso em: 18 nov. 2018.>.
- MAGNOLI, D. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

- MIALHE, J. L. Relações internacionais e Direito internacional numa sociedade globalizada: breves anotações. **Verba Juris**, n. 7, Dezembro 2008. ISSN 1678-183X.
- ONU. **Carta da Organização das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10134.html . Acesso em 01 nov. 2018.
- RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, Vol. VII, n. 13, p.121-146, 2014.
- SARAIVA, M. G.; RUIZ, J. B. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 52, p. 149 – 166, 2009.
- SECCHI, L. (2014). **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning.
- SOUZA, N. A. de. América Latina: as ondas da integração. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, Março 2012.
- TOLEDO, Diego. **Brasil lança programa para investimentos na América Central**. BBC Brasil, 14 set. 2005. Disponível em: . Acesso em: 5 jan. 2006.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula Uma década de política externa (1995-2005). **Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005
- VIGEVANI, Tulio: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n1/a01v51n1.pdf>. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasil Política**. 2008
- VIGEVANI, Tulio; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo: **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. 2003, vol.15
- TAVARES: **Do Outro Lado da Ilha: República Dominicana**. **Gazeta do Povo**. 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/do-outro-lado-da-ilha-republica-dominicana-ctbesa985e6phf1y8e66idx72>